



**Empresa Brasil
de Comunicação**

Relatório da Ouvidoria

Abril

2016

Ouvidora-geral

Josefi Marques

Ouvidores-adjuntos

David Silberstein

Márcio Bueno

Tiago Severino

Atendimento

Ana Cristina Santos

Daniel Teixeira

José Luiz Matos

Sheila Lima

Monitoramento e Gestão da Informação

Carlos Genildo

Gabriela Chaves

Jamily Souza

Tiago Martins

Apoio à comunicação

Wêdson França

Secretária

Edna Mamédio

Estagiário

Raimundo Lourenço

Sumário

Apresentação	5
--------------------	---

Análise de conteúdo

TV Brasil

Proselitismo político nos programas religiosos.....	7
TV parceira faz propaganda de governo em programa rural.....	8
Estação Plural: o que justifica a classificação para maiores de 16 anos?	8
Cobertura do Ato da Cultura no Rio de Janeiro.....	9
Programa religioso faz propaganda para pré-candidatos a vereador	10
A cobertura da votação do Impeachment.....	11
Notícia velha como se fosse nova	15
Programa religioso lança candidato à prefeitura	15
Filmes brasileiros na TV Brasil	17

Agência Brasil e Portal EBC

Elogio ao Especial Cervantes, do Portal EBC.....	18
Cobertura no Portal EBC das votações na Câmara.....	19
Onde estariam os deputados indecisos?.....	20
A situação dos migrantes na Áustria é bem explicada pela Agência Lusa	20
Impeachment para crianças: como fica a missão crítica da pessoa?	21
As dificuldades da economia	22
Contradição de informações em matérias dos Portais da EBC	23

Sistema de Rádios

Longe do equilíbrio	25
Desequilíbrio entre fontes da informação prejudica notícia	27
A cobertura da votação.....	28

Ouvidoria nos veículos da EBC

Programas da Ouvidoria.....	32
Colunas da Ouvidoria.....	32

Manifestações do público

TV Brasil.....	39
Agência Brasil e Portal EBC.....	41
Sistema de Rádios.....	43

Monitoramento e Gestão da Informação

Mapeamento das demandas	46
Processos pendentes	54
Estatísticas de atendimento	57
Serviço de Informação ao Cidadão - SIC.....	64

Apresentação

O Relatório da Ouvidoria referente ao mês de abril chama a atenção para alguns aspectos da programação e conteúdo dos veículos que necessitam medidas de correção e alinhamento aos princípios da comunicação pública.

Na TV Brasil, por exemplo, programa rural tem reportagem produzida por TV parceira do Espírito Santo que parece propaganda do governo daquele estado. A Ouvidoria já detectou casos semelhantes que foram apontados em outros relatórios, recomendando maior rigor na avaliação das edições de emissoras parceiras que vão ao ar na TV Brasil. Importante frisar que o problema, na maioria das vezes, não é do assunto em pauta, mas da abordagem da pauta, construção do texto e condução da reportagem.

Os programas religiosos que estão na grade da emissora por força de liminar fazem proselitismo político e propaganda de candidatos às próximas eleições. A Ouvidoria já alertou para esse problema em Boletins, mas não temos informações sobre medidas que eventualmente tenham sido tomadas por parte da EBC. O relatório também traz a análise da cobertura dos principais eventos relacionados à votação da admissibilidade do processo impedimento da presidenta Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados.

No Portal EBC, o especial *Miguel de Cervantes- 400 anos sem o criador de Dom Quixote* teve um pequeno apontamento sobre a tradução de uma expressão, o que não chegou a comprometer o excelente trabalho que, na opinião da Ouvidoria, deveria ter permanecido mais tempo em destaque na capa do portal.

Na Agência Brasil, a publicação, na íntegra, de um texto do Portal da Câmara voltado para o público infantil apresenta de forma reducionista o contexto e o complexo processo do impeachment. A agência parceira Lusa, que tem recebido críticas nas análises feitas pela Ouvidoria, dessa vez faz uma cobertura diferenciada e completa da situação dos migrantes na Áustria.

No sistema de rádios da EBC, a análise das fragilidades e pontos fortes na cobertura de assuntos políticos pelos boletins Nacional Informa.

O relatório traz ainda o mapeamento das demandas do público com a listagem das produções a que se referem. O destaque das manifestações é a identificação de uma campanha nas redes sociais pedindo a mudança de horário do Repórter Brasil Noite. No período, a Ouvidoria recebeu um total de 556 mensagens dirigidas aos veículos da EBC sobre diferentes temas, 48 delas pedindo a mudança de horário do telejornal.

Análise de conteúdo

TV Brasil

Proselitismo político nos programas religiosos

Na edição do dia 10/4, o programa Reencontro, que é dedicado à comunidade evangélica, exibiu uma entrevista em desacordo com a proposta de um programa religioso, ferindo também os princípios da comunicação pública. Fato semelhante também ocorreu na Missa, transmitida pela Rádio Nacional AM de Brasília, onde o padre fez pregação política, em 13/3.

Na edição do Reencontro, a conversa foi com o deputado federal Ezequiel Teixeira (PTN), que também é pastor. Na primeira parte do bate-papo, o parlamentar comentou sobre a votação do processo de impeachment. "Nós estamos vivendo um momento muito especial na nação, um momento que os brasileiros têm de entender que nós não estamos lutando contra uma pessoa ou contra um partido. São muitas pessoas envolvidas nesse sistema e muitos partidos envolvidos nesse sistema também. Nós estamos lutando contra um sistema maligno de corrupção que insiste em se consolidar dentro das instituições brasileiras", disse o deputado-pastor.

Ainda nesse comentário, o deputado disse que faz parte "de uma nova geração de políticos que abomina isso tudo [a corrupção] e tem desejo de ver essa nação tão rica, tão bonita e tão próspera. Verdadeiramente nos trilhos certos".

O deputado foi um dos parlamentares que votaram a favor do processo de impeachment. O parlamentar também exaltou a oportunidade de participar da votação do impeachment: "esse é um momento, pra mim, histórico. Eu estou cumprindo meu primeiro mandato e já estou participando de um momento revolucionário e histórico da nossa ação, que eu espero que tenha um final muito feliz".

A conversa aconteceu dentro de um quadro do Reencontro chamado Educação e Justiça. No entanto, os comentários não têm nenhuma relação com a questão da religiosidade, que é o aspecto central do programa, e nem com a própria temática do quadro. Na verdade, o programa abriu espaço para proselitismo político, onde o parlamentar fez um discurso em que enaltece a si mesmo, como uma pessoa comprometida com o combate à corrupção.

Na segunda parte, a entrevista passou a abordar a atividade religiosa do parlamentar. Ele contou como ingressou na atividade pastoral, como a igreja dele surgiu, onde ela está presente e o número de fiéis. O deputado enfatizou, entre outras coisas, o desejo de combater a corrupção, afirmando que sua igreja tem cerca de 30 mil membros.

TV parceira faz propaganda de governo em programa rural

No Boletim da Ouvidoria, edição 145, do dia 22/6/2015, a Ouvidoria questionou se os programas que são produzidos pelas parceiras estaduais são verificados antes da exibição na TV Brasil. A análise “12 minutos de proselitismo político”, publicada naquela edição, mostrou as impropriedades da entrevista com um deputado federal do Espírito Santo, onde apenas se faz a promoção da imagem do deputado. O material foi ao ar no ES Rural, programa produzido pela TVE do Espírito Santo e veiculado pela TV Brasil.

A Ouvidoria identificou mais uma matéria com tom promocional na edição do ES Rural do dia 15/4. Dessa vez, o programa exibiu uma reportagem que exalta a entrega de equipamentos agrícolas para os produtores rurais do estado. O assunto apareceu como o principal destaque da escalada: “Municípios capixabas ganham máquinas e equipamentos agrícolas do governo do Estado”. O texto da matéria, que se assemelha a um release político, começou da seguinte forma: “a solenidade de entrega de máquinas e equipamentos foi realizada no pátio da Ceasa, em Cariacica, e contou com a presença do governador do Estado, Paulo Artung. O evento reuniu centenas de produtores rurais, lideranças do setor agropecuário e autoridades estaduais e federais”. E assim prosseguiu a reportagem com entrevistas dos produtores beneficiados e representantes do governo.

Postura oficialista também foi identificada em uma reportagem que tratou sobre a criação de um frigorífico móvel, que vai percorrer o Espírito Santo para ministrar cursos para produtores na área de bovinocultura. Na matéria apenas autoridades são entrevistadas. Todas destacam a importância do investimento e da ação para o estado.

O material é uma extensão do que é rotineiramente produzido em uma assessoria de comunicação governamental. Mesmo que o conteúdo tenha sido produzido por uma parceira, a TV Brasil, ao colocar no ar, valida o material como adequado às regras da comunicação pública e do Manual de Jornalismo da empresa. Por isso, mais uma vez, a Ouvidoria pergunta: os conteúdos das parceiras são verificados antes da exibição?

Estação Plural: o que justifica a classificação para maiores de 16 anos?

A Ouvidoria analisou duas edições do programa Estação Plural – a de estreia, em 4/3, e mais recentemente, em 15/4. Apesar de se apresentar como um programa segmentado, por ter a temática LGBT, o Estação Plural consegue contemplar públicos variados, já que os comentários e as conversas são diversificados, sobre diversos temas. A identidade visual é outro fator positivo. Vinhetas, outros elementos do videografismo e cenário têm uma estética adequada à proposta do programa.

Na primeira edição, o entrevistado, o médico Dráuzio Varella, ficou em muitos momentos alheio às conversas. Os três apresentadores falaram mais entre si do que com o convidado. Os quadros também não funcionaram muito bem. Os apresentadores não conseguiram incluir o convidado no bate-papo. Em determinado momento, por exemplo, o assunto era sobre o que não dizer no primeiro encontro. O entrevistado relatou a experiência de pessoas que têm Aids e que não sabem agir em novos relacionamentos. Contam ou não que são soropositivas? Uma

conversa que poderia render um debate interessante, mas que foi interrompida quando um dos apresentadores resolveu saber como Dráuzio conheceu a esposa.

No dia 15/4, o convidado foi o cantor Ney Matogrosso. A conversa fluiu melhor. O entrevistado interagiu mais no bate-papo. O problema dessa edição foi uma reportagem, apresentada logo no início do programa, em que um especialista em música ressaltou que Ney surgiu “em um momento em que nem se falava em homossexualismo na música”. O uso do termo “homossexualismo” é inadequado em qualquer tipo de programa, mais ainda quando o programa tem a comunidade LGBT como principal público. Como a reportagem era gravada, a sonora poderia ter sido cortada ou regravada.

O Estação Plural é indicado pela classificação de idade para o público maior de 16 anos. No entanto, nas edições que a Ouvidoria acompanhou não foram identificados elementos que justificassem uma faixa etária tão alta. De acordo com o Ministério da Justiça, programas com essa classificação têm as seguintes características: “conteúdos mais violentos ou com conteúdo sexual mais intenso, com cenas de tortura, suicídio, estupro ou nudez total”.

Em relação às discussões sobre sexualidade, o Estação Plural quase sempre fala sobre relacionamento e questões de gênero. Não há conteúdo explícito, apelativo ou que possa sugerir inadequação para a TV aberta. E se essa é a diretriz editorial do programa, pode-se pensar que a TV Brasil decidiu colocar a classificação indicativa para 16 anos simplesmente pelo programa ter temática LGBT.

Cobertura do Ato da Cultura no Rio de Janeiro

Os dois principais assuntos do dia 11 de abril foram a votação do relatório na comissão de impeachment na Câmara dos Deputados e o ato organizado por artistas contra o impeachment no Rio de Janeiro. A partir das 17h, a TV Brasil interrompeu a programação para mostrar os eventos. De maneira apropriada, a apresentadora informou ao telespectador que o Sem Censura não seria exibido em razão da cobertura. Uma medida simples, que evitou a repetição da falha ocorrida na transmissão do dia 31/3, durante as manifestações contra o impeachment, quando o programa foi cortado ao final do primeiro bloco, sem justificativa ou aviso ao telespectador.

A primeira parte da cobertura do dia 11 foi dedicada à comissão do impeachment. A transmissão foi de quase 1h10, apenas com intervenções pontuais da apresentadora para informar o nome do deputado que fazia seu pronunciamento ou para chamar repórteres ao vivo em Brasília e no Rio de Janeiro. O público pode acompanhar o discurso de seis deputados que votaram a favor do impeachment e de seis que eram contrários.

A segunda parte da cobertura foi do ato do Rio de Janeiro. O evento demorou a começar. Enquanto isso, a equipe de reportagem da TV Brasil entrevistou pessoas que estavam na plateia. Quando finalmente o evento teve início, o telespectador pode acompanhar os discursos de figuras da cena artística nacional que são contra o impeachment. O tempo dedicado ao evento foi de cerca de 1h50.

O assunto voltou a aparecer durante o jornalístico Fique Ligado, que mostrou ao vivo a votação do relatório na Câmara dos Deputados e parte do ato no Rio de Janeiro, mantendo a mesma postura de busca de certa proporcionalidade na cobertura. Logo depois, a telenovela Windeck foi interrompida para dar lugar ao discurso do ex-presidente, que estava presente no evento do Rio. A novela não voltou a ser exibida naquele dia.

Repórteres e a apresentadora do plantão fizeram um relato objetivo, sem privilegiar qualquer dos lados em disputa. Tecnicamente, um aspecto que precisa ser corrigido é o retorno de áudio para os repórteres que vão participar de entradas ao vivo. Como a Ouvidoria já observou em outras ocasiões, os repórteres não conseguem ouvir quando são chamados pelos apresentadores e aparecem no vídeo sem saber que estão no ar. Um problema técnico que gera constrangimento para aqueles que estão diante da câmera e passa a impressão de descuido e falta de coordenação da transmissão do evento.

Programa religioso faz propaganda para pré-candidatos a vereador

O Reencontro, mais uma vez, deixou de lado a temática religiosa para tratar sobre política. Na edição do dia 16/4, o programa, que é destinado à comunidade evangélica, fez uma entrevista com a pré-candidata à vereadora pelo Rio de Janeiro, Liliam Sá. O pastor que apresenta o Reencontro fez a abertura da conversa com um elogio à entrevistada: “eu a considero como minha deputada preferida”. Na verdade, a convidada foi deputada federal pelo Rio de Janeiro entre 2010 e 2014. Na última eleição, Liliam foi candidata pelo Pros ao Senado, mas não foi eleita.

Apesar de não estar na Câmara dos Deputados, o apresentador do programa da TV Brasil explicou as razões porque trata a entrevistada como deputada. “Eu a considero deputada, ainda, dentro do meu pensamento, porque (...) você foi uma das pessoas que abriram o peito para nos defender, para defender nossa causa que os programas religiosos antigos da TV educativa antiga e da TV Brasil. Poucos deputados nos deram as mãos”, disse o apresentador, evidenciando que a deputada “trabalhou” para evitar que o Reencontro deixasse a grade da TV Brasil, quando houve o questionamento da legalidade desse tipo de programa na emissora pública.

Em seu primeiro comentário, a entrevistada afirmou que é pré-candidata a vereadora pelo Rio de Janeiro. Como uma propaganda política extemporânea, ela já apresentou uma de suas bandeiras, caso seja eleita. A intenção é lutar contra a chamada “ideologia de gênero”. “Tenho ficado muito preocupada com essa cartilha que estão dando nas escolas. Isso é um alerta aos pais. Cartilhas ensinando crianças de sete anos a fazer sexo. É a tal ideologia de gênero (...) E nós estamos trabalhando nesse sentido de proteger a família”, afirmou a pré-candidata.

O discurso reproduz basicamente o preconceito de grupos conservadores contra a discussão que envolve a política de gênero. Qualquer conteúdo é tachado como imoral, indecente e responsável por incutir na mente das crianças o interesse pelo sexo. Não bastasse o discurso eivado de preconceitos, o apresentador defendeu a eleição da entrevistada: “Eu creio que o Rio de Janeiro e a Câmara Municipal do Rio de Janeiro precisam de uma pessoa como você, porque nós precisamos de mais pessoas para lutar em prol da família”.

A exibição dessa entrevista desrespeita a lei 11.652, que criou a EBC e normatiza o funcionamento dos veículos públicos. Está descrito no inciso VI, do artigo 2º, como um dos valores a ser seguidos pela TV Brasil: “não discriminação religiosa, político partidária, filosófica, étnica, de gênero ou de opção sexual”. Também atenta contra o parágrafo único, do artigo 3º que proíbe “qualquer forma de proselitismo na programação”.

No quadro Educação e Justiça, foi ao ar a segunda parte da entrevista com o deputado federal Ezequiel Teixeira (PTN-RJ). A Ouvidoria já comentou anteriormente sobre a primeira parte da entrevista em que o deputado aborda a questão política do país em seu comentário. Desta vez, enquanto fazia sua reapresentação aos telespectadores, o deputado-pastor aproveitou o espaço para informar que a esposa vai ser candidata à vereadora no Rio de Janeiro: “Minha esposa é a pastora Márcia Teixeira, que já cumpriu dois mandatos também de vereadora no Rio de Janeiro, já chegando à vice-presidência da Câmara do Rio de Janeiro e, agora, vai cumprir o terceiro mandato, se assim o Senhor permitir”.

No final da entrevista, Ezequiel Teixeira agradeceu às manifestações de apoio que recebeu de pastores, segundo ele, pela atuação como secretário estadual do Rio de Janeiro: “Há 15 dias, os pastores das Assembleias de Deus no Rio de Janeiro me chamaram para dar uma moção de congratulações pela minha postura diante da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro, quando eu declarei que tinha convicções firmes e acreditava em milagres, acreditava em um Deus que cura, que liberta e que transforma”.

O deputado foi exonerado após afirmar que acredita na “cura gay”. A declaração foi ao jornal O Globo, em 17 de fevereiro. De acordo com a reportagem, em sua gestão, quatro centros de assistência à população LGBT foram fechados e houve a suspensão do serviço de teleatendimento de denúncias contra a violência de direitos dos homossexuais. Como a entrevista serviu para exaltar a figura do deputado e da sua atividade missionária, nenhum desses fatos foi lembrado.

A cobertura da votação do Impeachment

A votação da admissibilidade do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff teve uma ampla cobertura da TV Brasil. Na véspera, dia 16/4, e durante a votação, no dia 17, a emissora mostrou a mobilização nas ruas e dos partidos no Congresso. Entre os aspectos que requerem maior atenção estão a falta de pluralidade de vozes e isenção por parte das bancadas. A seguir estão os principais pontos observados pela Ouvidoria:

Dia 16/4 – Véspera da votação na Câmara dos Deputados

Ato ao vivo

Apesar de não haver nenhuma grande mobilização nas ruas, a emissora cobriu, ao vivo, durante a manhã, um ato no acampamento dos manifestantes contra o impeachment, que ocorreu em Brasília. O aspecto principal do evento foi a participação do ex-presidente Lula que fez um rápido discurso com críticas a Michel Temer. Com certeza, o assunto é válido para uma reportagem, mas não para sustentar uma transmissão ao vivo. Além da participação do ex-presidente, entidades como UNE, CTB, Frente Brasil Popular, MST, MTST e representantes do movimento

indígena repetiram apenas os discursos que regularmente fazem e que por diversas vezes foram cobertos pela TV Brasil.

Repórter ao vivo do Congresso

Durante o sábado, houve uma série de plantões ao longo da programação. Em alguns deles, uma jornalista relatou, ao vivo, como estava a movimentação de partidos dentro do Congresso. Com informações atuais, bem contextualizadas e equilibradas, a jornalista fez uma abordagem adequada dos fatos. No plantão que foi ao ar às 13h30, a participação ao vivo foi bastante longa. Com pleno domínio das informações e segura diante da câmera, a repórter teve uma excelente participação.

Metrô em greve

No plantão das 15h, a apresentadora deu uma informação incompleta sobre o metrô do Distrito Federal. Ela informou apenas que o metrô não iria funcionar no domingo “por estar em greve”. Não houve explicações das razões da suposta greve ou posicionamento oficial do Governo do Distrito Federal. Segundo o jornal *Correio Braziliense*, não foi greve, mas uma paralisação por questões de segurança, em função das mobilizações contra e a favor do impeachment. Conforme o jornal, mais ônibus seriam colocados em circulação. Essas informações, importantes para o assunto, não foram ao ar.

Perguntas equilibradas

No mesmo plantão, a apresentadora mostrou equilíbrio ao encaminhar perguntas à comentarista de política da TV Brasil. Como nesse exemplo, ela levantou as questões – que poderiam ser de muitos telespectadores –, deixando à comentarista especializada as explicações: “A gente sempre vê que o discurso de quem é contra o impeachment é de que a democracia está sob ameaça. Já quem é da oposição diz que não é nada disso. Na realidade, a democracia está ou não sofrendo ameaça neste momento?”.

Repórter Brasil: os dois lados do fato

A edição do Repórter Brasil Noite buscou garantir um equilíbrio na abordagem dos fatos. Desde a escalada, movimentos a favor e contra o impeachment mereceram destaque. O mesmo pode se dizer das reportagens. Ao mostrar os pronunciamentos de deputados na Câmara, movimentos de rua em frente ao Congresso e em outros pontos de Brasília, foram exibidas reportagens com os diversos posicionamentos políticos.

“Carnaval da Democracia”

A Ouvidoria já comentou, em outras oportunidades, sobre a necessidade de se ter cuidado ao informar o nome de eventos, mobilizações e ações populares, para que não se confundam com uma tomada de posição explícita da emissora. No plantão das 19h e durante o Repórter Brasil, mais uma vez, o nome de um evento apareceu como se fosse uma afirmação da emissora. O apresentador disse no plantão: “Lá no Rio de Janeiro, na Cinelândia, tem neste momento uma festa pela democracia”. Durante o telejornal, ele utilizou a expressão “Carnaval da Democracia” para se referir ao evento. Expressões inadequadas e que sugerem ao telespectador um posicionamento político parcial e comprometido, não do apresentador, mas do telejornalismo da TV pública.

A pauta era outra

Ainda sobre o Repórter Brasil, uma matéria foi chamada para mostrar a mobilização contra o impeachment em frente ao antigo prédio do Dops, no Rio de Janeiro. A reportagem não tratou desse assunto. O relato foi sobre a importância histórica do prédio e o interesse em transformá-lo em museu.

Dia 17/4 – Votação na Câmara dos Deputados

E o outro lado do muro?

A TV Brasil fez uma extensa cobertura no domingo, dia da votação na Câmara dos Deputados. As imagens de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília mostraram as mobilizações de grupos contra e a favor do impeachment. No entanto, somente um lado foi entrevistado. Nas entradas ao vivo dos repórteres, somente manifestantes que se posicionam contra o afastamento de Dilma Rousseff tiveram direito à fala na TV Brasil. Quem estava do outro lado do muro não foi ouvido.

Quando o comentarista discorda do apresentador

“Eu não vejo esta mobilização, em relação ao impeachment, como sendo uma tentativa de eleger Michel Temer”. Essa frase, que destoa completamente do discurso que é comum na TV Brasil, foi dita por um professor de direito na bancada, ao vivo, de São Paulo. Em vez de buscar explorar o assunto com o convidado e tentar ampliar a discussão, o apresentador se incomodou com os argumentos e passou a torpedear o entrevistado com questões com a intenção de levá-lo a uma contradição.

Crítérios de isenção

Logo após o comentário aparentemente “inoportuno” do convidado, outro participante da bancada de São Paulo tratou de afirmar o discurso da TV Brasil como isento. Segundo ele, uma dos exemplos do reconhecimento desta isenção é que na Cinelândia, no Rio de Janeiro, clientes de bares pediram para os proprietários sintonizarem na TV Brasil para acompanhar a votação. Os critérios usados pela TV Brasil para a cobertura política levanta uma questão: o discurso é isento ou a narrativa interessa apenas a um lado?

Não basta ser isento

Do mesmo jeito que um tipo de enquadramento da câmera transmite uma ideia, a roupa dos apresentadores e comentaristas também faz parte do discurso não-verbal. No domingo da votação, a apresentadora do Rio de Janeiro usou uma blusa vermelha, mesma cor da gravata do apresentador de São Paulo. A cor corresponde diretamente a um dos grupos que estava na rua naquela data. Por isso, deveria ser evitada para não sugerir ao telespectador um alinhamento a um dos lados. Parafraseando um ditado popular: não basta ser isento, é preciso parecer isento.

Previsão do tempo

Em todas as entradas ao vivo, uma jornalista de São Paulo fez questão de informar a temperatura. A impressão era de que ela não tinha o que dizer e falava do dia que estava ensolarado. O relato também tinha um tom festivo, quase como se estivesse narrando um carnaval fora de época. Mesmo que o ambiente fosse de descontração, tratava-se de um ato político que exige do profissional de jornalismo relativo distanciamento.

Vício de linguagem

Nessa cobertura, ficou evidente um vício de linguagem do apresentador de São Paulo. Diversas vezes, entre frases e palavras, ele pronunciou o som “hê”. Para se ter uma ideia, em apenas um minuto, ele repetiu 14 vezes esse cacoete, o que empobrece a fala.

Problemas técnicos

As imagens da Avenida Paulista, onde se concentrou um grupo a favor do impeachment, só começaram a ser transmitidas ao vivo por volta das 13h, cerca de duas horas após a TV Brasil iniciar os plantões. De maneira adequada, a emissora informou que precisou mudar o local onde estava o veículo com os equipamentos de transmissão. Por isso, as imagens demoram a ser mostradas. Durante a votação na Câmara, por cerca de 10 minutos, a imagem começou a tremer, sumiu em alguns instantes e ficou apenas o áudio. Logo em seguida, a imagem foi reestabelecida.

Votação na Câmara

Quando a votação iniciou na Câmara dos Deputados, a transmissão seguiu até o momento em que a oposição conseguiu os 342 votos, número suficiente para encaminhar a denúncia ao Senado. Ao alcançar essa quantidade, a TV Brasil fez, de modo adequado, um giro nas ruas de Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro para mostrar a repercussão.

Dia 18/4 - O dia seguinte à votação

O resultado da votação na Câmara dos Deputados foi abordado sob diversos ângulos pelo Repórter Brasil no dia 18/4, segunda-feira. Os votos dedicados à família, Deus e aos filhos foram um dos temas das reportagens do telejornal. Nas duas edições, a repercussão no campo político também mereceu uma cobertura que mostrou a mobilização dos partidos, do governo e da oposição.

No entanto, a polêmica entre Jean Wyllys (PSOL-RJ) e o deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ) foi relegada a uma nota curta no Repórter Brasil Tarde. O programa informou que Wyllys cuspiu em Bolsonaro porque, logo após votar contra o impeachment, “foi insultado com palavras homofóbicas”. Logo em seguida, o telejornal relatou que Bolsonaro “não decidiu se vai tomar alguma ação”. Na verdade, uma postagem no Twitter de Bolsonaro dizia que “medidas estão sendo tomadas” contra Wyllys. Também começou a circular um vídeo no You Tube gravado na parte do plenário onde os deputados estavam que mostra como o fato ocorreu. Informações relevantes para o telespectador compreender o assunto, mas que não foram apresentadas nesse noticiário.

O telejornal errou também ao não mostrar o discurso de Bolsonaro e citar apenas nessa nota que ele fez uma homenagem ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Como um telejornal que sempre trata da memória da ditadura militar, o Repórter Brasil colocou em segundo plano o fato de um deputado federal, durante uma sessão da Câmara, dedicar seu voto para um dos militares torturadores.

No Repórter Brasil Noite, uma pesquisa sobre o impeachment realizada pelo Instituto Vox Populi a pedido da Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi apresentada como se fosse uma no-

vidade ao público. A notícia é velha. Os dados foram publicados no site da Carta Capital três dias antes.

A pesquisa foi apresentada ao público do Repórter Brasil como um levantamento que “traz informações interessantes sobre esse momento que o Brasil vive”. Para o telespectador foi bastante difícil acompanhar a apresentação dos dados, porque os números eram apenas citados rapidamente pelos apresentadores enquanto questionavam o diretor do Vox Populi, durante uma entrevista ao vivo. Aspectos técnicos da pesquisa, como o número de entrevistados, margem de erro e período da coleta, não foram informados.

As duas edições do Repórter Brasil trataram do voto da deputada Raquel Muniz (PSC-MG), que citou o marido como exemplo de administrador público. No dia seguinte à votação, Ruy Muniz, prefeito de Montes Claros (MG), foi preso pela Polícia Federal. Uma curiosidade que merece destaque até pela maneira efusiva que a parlamentar votou contra a corrupção. Faltou ao Repórter Brasil informar a versão da prefeitura de Montes Claros e da deputada sobre a prisão.

Sobre as manifestações de rua, o Repórter Brasil mostrou adequadamente como se comportou cada um dos lados no dia da votação. Ao contrário da cobertura do dia 17 que só entrevistou manifestantes contrários ao impeachment, as edições do telejornal mostraram as opiniões de quem é contra e a favor da saída da presidenta Dilma Rousseff. Uma medida que já poderia ter sido adotada durante os plantões ao vivo do domingo.

Notícia velha como se fosse nova

Na terça-feira, dia 12/4, a Prefeitura de São Paulo suspendeu a autorização para a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) usar o painel eletrônico montado na Avenida Paulista. Segundo a decisão, as projeções só podem ter cunho cultural. No entanto, em dia de manifestações contra o governo, há exibição de imagens com viés político e ideológico. O assunto foi notícia na imprensa comercial do país – SPTV, G1, R7, entre outros. Na Agência Brasil, a matéria “Fiesp perde autorização para projeções em prédio na Avenida Paulista” foi publicada no mesmo dia às 19h17. Já no Repórter Brasil, a reportagem só foi ao ar no dia seguinte, quarta-feira, 13. Apesar do atraso, nenhuma novidade foi apresentada em relação ao que já havia sido noticiado por outros veículos.

Programa religioso lança candidato à prefeitura

O Reencontro, programa voltado à comunidade evangélica, continua a fazer propaganda político-partidária. No dia 30/4, mais uma vez o conteúdo religioso foi deixado de lado para apresentar ao telespectador um provável candidato à prefeitura de São Gonçalo, município da região metropolitana do Rio de Janeiro.

A entrevista, com duração de aproximadamente oito minutos, foi com o vereador Marlos Costa (PSB). Ele foi apresentado no Reencontro como uma pessoa “jovem ainda” e que “tem uma militância política”. Foi o próprio entrevistador que citou que Marlos é pré-candidato à prefeitura

de São Gonçalo: “Está chegando aí as eleições municipais (sic), você é vereador pela segunda vez em São Gonçalo, você é filho da cidade e está querendo postular uma vaga como candidato a prefeito de São Gonçalo. Como você vê São Gonçalo hoje no cenário político e também administrativo no estado do Rio de Janeiro?”

Na resposta, o entrevistado fez uma autopromoção, apresentando o trabalho como vereador e atacou a atual administração de São Gonçalo. O candidato disse que a cidade passa “por graves problemas administrativos” e criticou a gestão municipal “por não desempenhar seu papel a contento”.

Para o telespectador, o vereador-candidato descreveu a cidade como um lugar em que os serviços públicos não funcionam adequadamente: “A população percebe que administração pública não tem funcionado no município e que muitos problemas elementares não são, hoje, solucionados. Nós vivemos em uma cidade onde tem graves deficiências, por exemplo, na coleta de lixo, na iluminação pública, na educação, na saúde. Ou seja, todas as funções que são afetadas a um governo não estão, na verdade, sendo bem conduzidas ou cuidadas para a população”.

O entrevistado aproveitou o espaço concedido pelo programa transmitido pela TV Brasil para dizer que, graças às eleições deste ano, a realidade em São Gonçalo pode mudar. “Percebo na população de São Gonçalo um sentimento de insatisfação muito grande e que não tenho dúvidas que teremos mudança nesse ano, no processo eleitoral”.

Em seguida, o entrevistado passou a exaltar sua atividade como vereador e garantiu que procura fiscalizar a aplicação dos recursos públicos, defender e ser porta-voz da população. As críticas ao atual governo de São Gonçalo continuaram: “Nós não temos ainda o mínimo para que a população possa sobreviver”.

Para tentar minimizar as críticas, o apresentador disse que alguns problemas são comuns a grandes cidades brasileiras e comentou que faltam gestores públicos no país. Esse comentário foi a oportunidade para o entrevistado, mais uma vez, continuar seu discurso promocional e enfatizar o currículo, a experiência como funcionário do Tribunal de Contas e como vereador. “Eu talvez seja até uma exceção no meio político, porque exerço o meu mandato, mas eu também tenho uma origem técnica (...) Nós precisamos de uma administração pública mais profissionalizada. Isso no município de São Gonçalo é fundamental para que a cidade possa avançar”, disse o pré-candidato.

Ao final da entrevista, o vereador agradeceu o espaço concedido no Reencontro e na TV Brasil. Ele fez mais um apelo político ao dizer que São Gonçalo “precisa passar por um processo de mudança”. O apresentador parece que gostou da conversa e prometeu uma nova entrevista ao vereador. “Não vai ficar só nessa entrevista, não. Podemos trazê-lo outras vezes aqui”, afirmou.

Esta não é a primeira vez que um programa religioso faz proselitismo político-eleitoral na TV Brasil. A Ouvidoria mostrou recentemente que o Reencontro transformou-se em palco para lançar candidatos a vereador do Rio de Janeiro. Na missa transmitida pela rádio Nacional AM, o padre também convocou os fiéis para a manifestação contra o governo. Essa é o resultado de apenas uma amostra do monitoramento feito pela Ouvidoria. Temos motivo para acreditar que

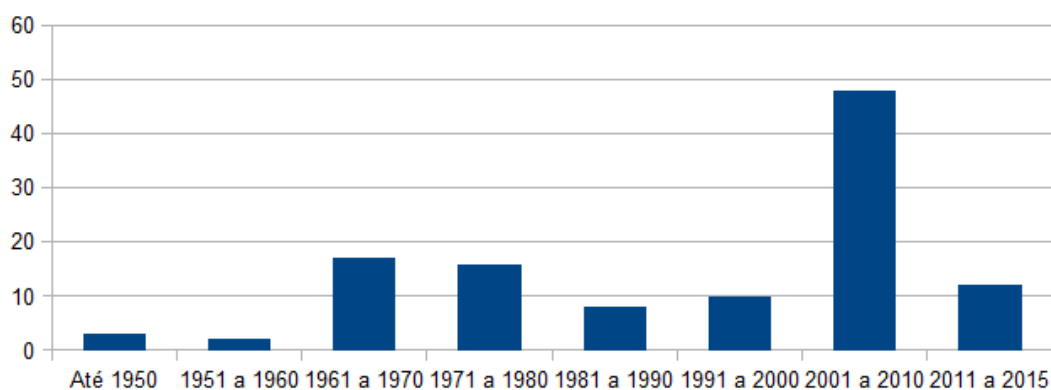
os programas religiosos ferem regularmente os princípios que regem a da comunicação pública.

Filmes brasileiros na TV Brasil

A Ouvidoria fez um levantamento sobre os filmes veiculados na TV Brasil em 2015. O objetivo é identificar se a TV pública consegue colocar na tela a recente produção do cinema nacional. Os dados mostram que a maior parte dos lançamentos é dos anos 2001 a 2010. Desse período, foram veiculados 48 filmes. A segunda maior quantidade de filmes é de 1961 a 1970. Foram 17 longas. Em terceiro está a década entre 1971 e 1980, 16 filmes. Nos 2011 a 2014, a quantidade registrada é 12 filmes.

Tendo o período mais recente como referencial, percebe-se que a TV Brasil veiculou apenas 3% da quantidade total de filmes nacionais lançados. De acordo com a Agência Nacional do Cinema (Ancine), entre 2011 e 2014, foram 426 lançamentos de longas-metragens nacionais.

Filmes veiculados na TV Brasil - Ano 2015



Agência Brasil e Portal EBC

Elogio ao Especial Cervantes, do Portal EBC

Na sexta-feira (22/4) o Portal publicou uma matéria especial com o título “[Miguel de Cervantes – 400 anos sem o criador de Dom Quixote](#)”, para homenagear o quadricentenário da morte do autor do romance Dom Quixote, que, segundo a reportagem “foi escolhido, em 2002, como o melhor livro de todos os tempos por um conjunto de 100 escritores de 54 países, em uma iniciativa do Instituto Nobel, na Noruega”. Além da reportagem especial, o Portal publicou uma [matéria](#) com informações sobre ações culturais (exposições nas unidades do Instituto Cervantes, um [site](#) criado pelo governo da Espanha e uma conta na rede social Twitter) que disseminam conhecimentos sobre o autor e sua criação, além de um [quiz](#) para os leitores testarem seus conhecimentos sobre os “falsos amigos” (palavras que são iguais em espanhol e português, mas com significados diferentes). É uma pena que estes conteúdos permaneçam tão pouco tempo acessíveis aos leitores, que hoje (25) só os encontram através de buscas nos arquivos ou na editoria da cultura.

O conjunto das matérias foi oportuno e, diante do volume imenso de informações potencialmente relevantes sobre o assunto e a ocasião, a decisão editorial de dar um foco que privilegiou os aspectos linguísticos foi interessante e contou com a colaboração do Instituto Cervantes de Brasília, sem deixar de apontar alguns dos fatos mais importantes relacionados à biografia do autor e à importância literária da obra.

No texto da matéria especial, porém, houve um equívoco de tradução que uma revisão mais cuidadosa e consistente com a ênfase linguística da cobertura poderia ter evitado. Em uma observação que destaca uma das grandes qualidades da obra, a matéria registra que “os diálogos entre Quixote e seu companheiro, Sancho Pança, têm uma riqueza linguística admirável, segundo o professor Agulló Coves. ‘Muitas das expressões foram retiradas da linguagem da época; outra parte ele inventou’, afirma, mostrando algumas que são utilizadas até os dias atuais e têm suas versões também na língua portuguesa”. Para ilustrar esta riqueza, o primeiro exemplo apresentado é a frase...

“A Dios rogando y con el mazo dando”, traduzida como “bom por um lado, difícil por outro”. A palavra “mazo” em espanhol é equivalente a “marreta” em português.

Esta frase foi utilizada por Sancho Pança quase no final do romance, no capítulo LXXI do segundo livro, para justificar porque ele queria terminar logo a sequência de açoites que ele tinha concordado em se aplicar para desencantar a sua aldeia, para onde os dois estavam retornando. Na verdade foi mais um embuste do fiel escudeiro, pois ele estava dando os açoites em galhos de árvores, e, dentre vários outros ditados populares aos quais recorria para aquietar a preocupação do seu amo com sua integridade física e assim chegar mais rápido em casa, ele

lembrou desse: “a Dios rogando y con el mazo dando”, traduzido mais adequadamente como “Deus ajuda a quem madruga” na tradução de Viscondes de Castilho e Azevedo (Victor Civita, 1978, São Paulo).

A tradução errônea não apenas banalizou a pertinência da observação do professor, mas apagou o brilho dos diálogos, cuja vibração e multidimensionalidade figuram dentre os elementos responsáveis pelo valor duradouro da obra.

Sobre a expressão “a Dios rogando y con el mazo dando”, o site Central Virtual Cervantes, do Instituto Cervantes, fornece a seguinte explicação: “Cuando deseamos algo, está bien encomendarse a Dios, a la Providencia, pero haciendo a la vez todo lo que esté en nuestra mano por lograr lo que pretendemos. En los tiempos actuales, ha tomado un sentido crítico – pero bastante errado con respecto al auténtico sentido del refrán – contra las personas que rezan a Dios, pero hacen daño”.

Cobertura no Portal EBC das votações na Câmara

A equipe do Portal EBC realizou uma cobertura completa tanto na votação do parecer do relator da Comissão Especial de Impeachment da Câmara dos Deputados, na segunda-feira (11), quanto nos três dias (15 a 17/4) dos debates e da votação em plenário sobre a abertura do processo de impeachment. Além de colocar uma tela para o internauta assistir as transmissões da TV Câmara ao vivo, o site forneceu uma linha do tempo (“Acompanhe o tempo real da votação”, “Siga ao vivo”), que foi constantemente atualizada, alimentada por resumos dos últimos fatos, apresentados em textos breves e impactantes, e por conteúdos provenientes das demais plataformas da EBC, principalmente as matérias e fotos produzidas pela Agência Brasil e as reportagens exibidas no programa “Repórter Brasil” da TV Brasil.

Grande parte dos conteúdos provenientes das demais plataformas foram relatos dos acontecimentos, que no domingo (17) incluíram as manifestações de rua que acompanharam a votação na Câmara. Mas houve também conteúdos com a participação de entrevistados e comentaristas que repercutiram os fatos e reportagens das equipes locais e dos correspondentes da EBC sobre as repercussões no exterior. Na sequência dos textos, os conteúdos dos outros veículos foram sinalizados por hiperlinks em fonte vermelha. Além disso, recursos infográficos – mapa, placar e tabelas – foram criados e disponibilizados pelo Portal para facilitar a visualização da situação da votação, na medida em que novos resultados iam sendo acrescentados.

Houve apenas um lapso. No domingo entre 9h45, quando encerrou a cobertura das sessões de sábado, e 13h48, quando começou a cobertura das sessões de domingo, os leitores foram deixados no escuro e, mesmo depois do início da cobertura, apareceu apenas o hiperlink “impeachment” no lead da matéria, dando acesso à página dos tags, para quem se interessasse em consultar o que tinha acontecido nas sessões dos dias anteriores.

No entanto, a Ouvidoria considera que foi uma boa cobertura e que um trabalho desta envergadura merecia um destaque maior na capa do Portal.

11/4: [Comissão do Impeachment vota parecer de relator; acompanhe ao vivo](#)

15/4 a 16/4: [Plenário da Câmara começa a discutir processo de impeachment; acompanhe ao vivo](#)

16/4 a 17/4: [Plenário da Câmara discute processo de impeachment; acompanhe ao vivo](#) (a cobertura das sessões anteriores aparece no começo da linha do tempo)

17/4: [Câmara dos Deputados autoriza processo de impeachment; siga](#)

Onde estariam os deputados indecisos?

Na semana de 10/4 a 17/4, a Agência Brasil publicou 12 matérias com referências aos deputados indecisos – aqueles que ainda não tinham declarado se votariam a favor ou contra a abertura de um processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff. As abordagens partiram de várias perspectivas, desde as estimativas de quantos indecisos havia nas bancadas estaduais e partidárias, das posições dos partidos em relação à liberação dos votos dos seus seguidores, às projeções e às estratégias adotadas pelos dois lados para conseguir a adesão desses deputados e à possível influência da ordem de votação nos resultados. Houve, porém, um ponto em comum entre todas as abordagens. Em nenhuma delas um deputado indeciso foi ouvido, o que fez com que o tratamento do assunto, já bastante refratário a um dimensionamento objetivo, não passasse do plano especulativo.

A situação dos migrantes na Áustria é bem explicada pela Agência Lusa

Pela superficialidade da cobertura do noticiário internacional, através da reprodução dos conteúdos da Agência Lusa, a Agência Brasil já foi alvo de avaliações críticas da Ouvidoria em várias ocasiões. Desta vez, porém, foi o contrário. Na abordagem do endurecimento, na Áustria, em relação aos migrantes que chegam ao seu território, a contribuição da Lusa foi digna de elogios.

Na quarta-feira (27) a Agência Brasil publicou duas matérias sobre uma nova lei que vai permitir ao governo austríaco decretar um estado de emergência que restringe severamente o direito a asilo no país. A primeira, da Lusa, foi divulgada às 8h40, antes da votação da lei. A segunda, de uma correspondente da Agência Brasil na Alemanha, foi divulgada às 16h46, depois da aprovação da lei pelo Parlamento. Das duas, a mais completa foi a primeira, da Lusa, com uma contextualização mais precisa.

A título de explicação da medida, a matéria produzida pela correspondente da Agência Brasil manifestou o mesmo problema que foi observado nas outras ocasiões em relação aos conteúdos da Lusa: a tendência de repetir os argumentos oficiais dos governos. Neste caso específico, trata-se dos argumentos que os governos europeus vêm apresentando, com cada vez mais frequência, sobre as deficiências dos seus vizinhos em lidar com a crise migratória e controlar os movimentos dos refugiados pelo continente. De acordo com a matéria: “A justificativa dada pelo ministro do Interior, Wolfgang Sobotka, é que o país não tem outra escolha, enquanto os demais membros da União Europeia não fizerem sua parte para conter o fluxo de pessoas” e “O contexto para a aprovação da nova e polêmica lei é o temor de que migrantes e refugiados encontrem alternativas para chegar ao oeste e norte da Europa, depois que a rota dos Balcãs foi fechada em março deste ano – com apoio austríaco”.

A matéria da Lusa, por outro lado, chamou atenção para a influência crescente das forças políticas xenofóbicas da extrema direita na determinação das políticas adotadas nos países do continente. Logo no *lead* a matéria constatou que a discussão da lei na Áustria se dá “num contexto de subida da extrema direita no país, que recebeu 90 mil refugiados em 2015”. Mais adiante, o texto acrescentou que...

“saudada pela sua generosidade no auge da crise, no outono, a grande coligação governamental do chanceler social-democrata Werner Faymann e do vice-chanceler conservador Reinhold Mitterlehner endureceu depois sua política, num contexto de subida do partido de extrema direita FPO. O candidato do FPO, Norbert Hofer, ficou em primeiro lugar no primeiro turno das presidenciais no domingo [24/4], com 35% dos votos. Os dois partidos no poder foram eliminados no segundo turno por um ecologista”.

O segundo turno das eleições presidenciais na Áustria está marcado para 22/5. Os leitores interessados na questão dos refugiados estarão atentos à disputa, onde a polarização das posições políticas é tão clara.

Impeachment para crianças: como fica a missão crítica da pessoa?

O Portal EBC reproduziu integralmente, no dia 27/4, um texto - [O que é o impeachment?](#) - publicado em um site intitulado [Plenarinho](#), dirigido ao público infantil, localizado na sessão dedicada a “responsabilidade social” no portal da Câmara. A proposta do site é contribuir para a formação de cidadania a partir da infância, e o texto se propõe a explicar para crianças o momento de turbulência que toma conta do país:

“Você deve estar ouvindo muito a palavra ‘impeachment’ nos últimos dias, não é? Ou na televisão, ou no rádio e mesmo dentro de casa ou na escola. É o assunto do momento. Mas você sabe o que ela significa e qual a importância do assunto para o nosso país?”

A explicação que se segue é reducionista. Reduccionismo consiste em “reduzir os fenômenos complexos a seus componentes mais simples e considerar estes últimos como mais fundamentais que os fenômenos complexos observados.” No site da Câmara, não temos o que comentar. Mas no Portal da empresa que, conforme diz a lei, tem que contribuir para a formação crítica das pessoas, para além do reducionismo, perde-se a oportunidade de cumprir a missão.

O que justifica copiar um conteúdo que se propõe a dialogar com a infância, quando, por exemplo, nos gabamos de ter uma faixa de programação extensa dedicada à criança na TV Brasil? E copiar sem avaliar a pertinência ou adequação de conteúdo nos põe em risco de sermos mal interpretados.

O texto explica ligeiramente o percurso do processo de impeachment e informa:

“... no último domingo, dia 17 de abril, os deputados decidiram, que sim, que o processo deveria ter continuidade e a Câmara o enviou para o Senado Federal. Agora o processo será decidido pelos senadores. Se ele for aprovado, o mandato da presidente será interrompido por até 180 dias, e o vice-presidente Michel Temer irá assumir a presidência do Brasil.”

O encerramento do texto, embora possa parecer objetivo, apenas simplifica uma situação da qual até mesmo uma criança exposta à mídia é capaz de perceber a complexidade:

"Todo este processo está previsto na nossa Constituição Federal. Na história recente do Brasil já aconteceu um processo de 'impeachment', foi contra o ex-presidente Fernando Collor de Melo em 1992."

Didaticamente, explicamos, para o público infantil, que um processo de impeachment é tão natural quanto escovar os dentes.

As dificuldades da economia

Quando uma matéria lança dados estatísticos sem acompanhá-los com definições adequadas dos fatos abordados, surge a pergunta: Para que servem estas informações? Mais ainda quando estes dados vêm somente na forma de valores percentuais e o quadro de referência é de curto prazo.

Estas observações foram motivadas por uma matéria publicada pela Agência Brasil em 29/4, "[Investimento em bens de capital segue em trajetória de queda, mostra Ipea](#)", com base no estudo mais recente da conjuntura econômica divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

A situação retratada é pessimista, do tipo que às vezes provoca leitores a reclamarem da linha editorial do veículo. Neste caso, porém, o que merece uma avaliação crítica não é a linha editorial, senão a seleção dos fatos relatados e a falta de informações complementares que possibilitem aos leitores uma interpretação independente.

O foco da matéria é a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que "mede o quanto as empresas investiram em bens de capital" e, de acordo com o texto, a "taxa" da FBCF "caiu 14,1% em 2015, levando os investimentos líquidos no país a sofrer uma perda de 40%".

O primeiro erro é a ausência de uma explicação em que consiste a "taxa" da FBCF. Os leitores com conhecimento da área saberão que esta taxa corresponde ao valor da FBCF dividido pelo PIB em determinado intervalo (trimestre, ano, etc.). Para os leitores leigos, porém, ela não passa de conceito técnico cujo domínio pertence exclusivamente aos especialistas.

O segundo erro tem a ver com a apresentação das comparações. A queda de 14,1% em 2015 foi em comparação a que? A matéria não registrou que a comparação – todas as comparações, aliás – foi em relação ao ano anterior, 2014. Além disso, e diferentemente do que o texto afirma, este percentual se refere à queda, não na taxa, mas no valor absoluto dos investimentos, corrigido pela inflação. Em termos da taxa, as estatísticas do IBGE mostram que a diminuição na taxa da FBCF foi de 20,18% em 2014 para 18,16% em 2015, o que equivaleria a uma queda de 2,02 pontos percentuais ou de 10%, dependendo da forma que se achar mais correta fazer o cálculo.

Mais questionável ainda é a referência à perda de 40% nos investimentos líquidos no país. Em primeiro lugar, a matéria não explicou o significado de "investimentos líquidos". Sem esta explicação, é uma informação solta. Para ter uma real dimensão do significado deste dado, os leito-

res teriam que ser informados que o conceito de investimentos líquidos implica uma redução da FBCF pela depreciação de todos os investimentos já existentes; para manter a estrutura produtiva, estes investimentos terão que ser recompostos no futuro. Uma das consequências matemáticas do cálculo é que, quanto maior o volume de investimentos no passado, maior terá que ser o volume de investimentos no presente e no futuro, somente para compensar o aumento no valor da depreciação.

Convém observar também que este dado foi tirado de uma nota técnica do estudo do Ipea. Na nota, os cálculos que deram este resultado estão acompanhados por uma série de considerações hipotéticas e as devidas ressalvas, feitas pelo pesquisador responsável. Na matéria, porém, ele aparece simplesmente como um fato.

A qualificação dos dados referentes à FBCF e sua relação com o PIB passa por uma série de fatores desconsiderados na matéria, tais como a qualidade dos investimentos – haja vista, por exemplo, os da Petrobras – e a participações relativas dos setores públicos e privados. Há também a questão da depreciação, levantada no estudo, porém omitida na apresentação da matéria, que envolve, dentre outros aspectos, a renovação da infraestrutura do país. Sem as devidas explicações e qualificações, os dados em si não oferecem mais que uma fotografia, e mesmo assim, distorcida, de uma situação de curto prazo.

Contradição de informações em matérias dos Portais da EBC

Na segunda-feira (25), o Portal EBC produziu uma matéria cujo objetivo principal era familiarizar os leitores com a composição da comissão especial do Senado Federal, encarregada de votar a admissibilidade da abertura do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff naquela Casa. Esta finalidade foi colocada de forma explícita na capa do Portal, com as chamadas “Entenda” e “Saiba quem são os senadores que compõem a comissão de impeachment”. Dos 25 parágrafos do texto, 21 são resumos das biografias políticas dos membros titulares da comissão, com informações fornecidas pelo Senado Federal e Agência Brasil.

Até aí, tudo bem. Há, porém, problemas nos quatro parágrafos iniciais da matéria que, embora não sejam necessários para acompanhar as informações biográficas subsequentes, se propõem a acrescentar esclarecimentos sobre os procedimentos que serão adotados pela comissão, até entregar o trabalho ao plenário do Senado, na próxima etapa do processo.

Dois problemas foram identificados. O primeiro é uma contradição com as informações divulgadas no mesmo dia pela Agência Brasil. Na matéria do Portal, que foi publicada às 11h50 e atualizada às 16h02, consta que “Após a instalação da comissão especial, começa a contar o prazo de dez dias úteis para que o relator apresente o parecer sobre a admissibilidade da abertura do processo. Nessa fase não há previsão de defesa da presidenta”. Neste intervalo, porém, às 12h44, a Agência Brasil divulgou uma matéria informando que: “O futuro presidente da comissão especial adiantou também que ainda nesta semana os advogados que apresentaram o pedido de *impeachment* de Dilma – Hélio Bicudo, Janaína Paschoal e Miguel Reale Júnior – serão ouvidos pelos senadores. No dia seguinte, será a vez do ministro da Advocacia-Geral da União, José Eduardo Cardozo, fazer a defesa da presidenta, no Senado”.

O segundo problema é a impressão de confusão no texto no que diz respeito à razão da votação do parecer do relator da comissão. Eis o texto: “O parecer precisa ser votado pelos integrantes do colegiado e a aprovação se dá por maioria simples. Qualquer que seja o resultado da votação na comissão, a decisão final cabe ao Plenário do Senado, que é soberano”.

Se o parecer vai para o plenário do Senado, independentemente do resultado da votação da admissibilidade na comissão, o leitor pode perguntar: então, por que votar? Qual é o significado desta votação? Como será a participação dos demais membros da comissão? Aliás, por que formar uma comissão, em vez de simplesmente nomear um relator para submeter um parecer ao plenário diretamente? É perfeitamente cabível que o texto da matéria do Portal esteja correto. Uma busca em outras matérias publicadas pela Agência Brasil sobre o assunto e em outros sites não revelou nada que contradissesse as informações fornecidas pelo Portal. Fica, porém, a dúvida: a regra é essa mesma ou faltou alguma informação?

Acesse as matérias:

[Conheça os senadores que compõem a comissão do impeachment](#)

[Comissão do impeachment ouvirá acusação e defesa de Dilma Rousseff nesta semana](#)

Sistema de Rádios

Longe do equilíbrio

Desde quando começaram os trabalhos de análise do parecer do relator Jovair Arantes, na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, este era o assunto mais comentado na área da política. Segunda-feira (11/4) foi o dia em que as atenções estavam concentradas na Câmara, pois teriam seguimento as intervenções dos inscritos e no início da noite seria feita a votação, contra e a favor do parecer.

O boletim Nacional Informa, da Rádio Nacional AM, de Brasília, das 18h00, momento em que as falas estavam se tornando cada vez mais contundentes, devido à aproximação do momento da votação, não deu muita importância ao assunto. As duas manchetes foram "OAB cancela registro profissional de José Dirceu" e "Líder do PSDB diz que Dilma cometeu crime de responsabilidade fiscal".

Em uma edição absolutamente sem equilíbrio, o boletim, além do cancelamento do registro de Dirceu, destacou a longa fala do líder do PSDB, Antônio Imbassahy – e só dele – em favor do processo de impeachment. Quase todos os inscritos já haviam falado. O boletim deveria ter editado essa fala a favor do impeachment e outra contrária, para haver equilíbrio e deixar o leitor tirar suas conclusões. Mas foi ao ar apenas a longa explanação do líder do partido pró-impeachment. Outra observação: não foi informado ao ouvinte onde o líder do PSDB se pronunciou. Vamos ao texto:

"O líder do PSDB, Antônio Imbassay, afirmou, ao defender a abertura do processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff, que a chefe de governo cometeu crimes de responsabilidade fiscal e orçamentária. Ainda, segundo o tucano, Dilma feriu a Constituição e enganou as famílias. De acordo com o líder do PSDB, os crimes praticados pela presidenta no mandato passado e no atual camuflaram a verdadeira situação fiscal do país. Imbassay ironizou o PT ao lembrar que o partido votou contra a Constituição em 88 e foi autor de dezenas de pedidos de impeachment contra o ex-presidente Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso."

Não houve o contraponto, apesar das dezenas de intervenções contra e a favor do processo de impeachment que ocorriam na reunião da Comissão Especial.

Enquanto isso, pela importância da reunião e também do ato contra o impeachment, nos Arcos da Lapa, no Rio de Janeiro, que reuniu milhares de pessoas e contou com a participação do ex-presidente Lula e de vários artistas, como Beth Carvalho e Chico Buarque de Holanda, a TV Brasil decidiu entrar ao vivo diversas vezes. O telespectador pôde acompanhar em tempo real o que acontecia. Para isso, a TV chegou a cancelar o programa Sem Censura, um dos principais

da Casa, e uma parte da novela Windeck. Foram exibidas seis falas a favor do relatório do deputado Jovair Arantes, ou seja, a favor do impeachment, e seis contra. A votação do relatório e o resultado final foram mostrados ao vivo durante o programa Fique Ligado.

No entanto, na Rádio Nacional AM, de Brasília, a matéria sobre a presença de Lula no Rio de Janeiro, falava básica e principalmente sobre a visita que fez a Luiz Fernando Pezão no hospital, descreve o estado de saúde do governador e apenas secundariamente refere-se ao ato com artistas do qual o ex-presidente iria participar.

O assunto reunião da Comissão Especial do impeachment só ganhou destaque no Repórter Nove Oito Zero, às 18h30. Tanto nas manchetes quanto nas matérias o assunto em destaque foi a reunião da Comissão Especial, que foi abordado sob diversos ângulos. Também neste noticiário houve desequilíbrio. A apresentadora diz: "Os manifestantes do movimento 'Vem pra rua' fixaram neste domingo três painéis no gramado em frente ao Congresso Nacional com o presumido placar de votação do impeachment da presidenta Dilma Rousseff. O grupo também fixou placas menores no gramado com as fotos dos deputados e a indicação do posicionamento deles em relação ao afastamento. Pela iniciativa do movimento, ontem, 286 deputados votaram a favor do impeachment, enquanto 112 estão indecisos e 115 são contrários. São necessários 342 votos para a presidenta ser afastada pela Câmara dos Deputados."

O jornal, além de noticiar apenas as atividades, incluindo balanço dos votos, dos manifestantes favoráveis ao impeachment, expõe detalhadamente o que disse um deputado que votaria pelo relatório de Jovair Arantes. O outro lado não mereceu a mesma atenção, causando novo desequilíbrio e para o mesmo lado.

Houve também impropriedades em outras áreas, incluindo de linguagem. O primeiro repórter chamado inicia a sua fala da seguinte maneira: "Já são cerca de quase oito horas de sessão nesta segunda-feira...". Convenhamos que "são cerca de quase" não é uma boa construção. Um repórter, referindo-se às explicações de Michel Temer, fala em "Câmara Federal". O correto é "Câmara dos Deputados".

E, como vimos anteriormente, a apresentadora diz: "São necessários 342 votos para a presidenta ser afastada pela Câmara dos Deputados." E não é isso que acontece. Os 342 votos são necessários para ser dado seguimento ao processo, enviando-o ao Senado. Pouco tempo depois, um repórter vai pelo mesmo caminho incorreto, dizendo que "lá no Plenário, para o impeachment ser aprovado, precisa de 342 votos".

No Informe Nacional das 20h00, momento de grande expectativa, em que estavam se encerrando as falas para, logo em seguida, ter início a votação, o assunto simplesmente não foi abordado. As manchetes foram: "Tremor de terra é registrado na região central de Minas Gerais" e "Dólar cai para menos de R\$ 3,80". Houve três matérias, duas delas sobre os assuntos tratados nas manchetes e uma mostrando a crítica de Berzoini ao vice Michel Temer.

A reunião da Comissão Especial da Câmara só foi tratada no boletim Nacional Informa das 21h00. Foi uma coisa curta, *a posteriori*, que não fez jus à importância da reunião, mas o tratamento foi correto. O apresentador, na escalada, diz: "Aprovado na Câmara prosseguimento do impeachment de Dilma Rousseff". O repórter, na matéria, diz que "os parlamentares decidiram

pela continuidade do processo de afastamento da presidenta da República, Dilma Rousseff” e acrescenta que agora vai a Plenário.

O Nacional Informa das 22h00 refere-se ao ato do MST, que fez acampamento no centro de Porto Alegre em defesa do mandato de Dilma, e ao ato que reuniu cerca de 300 pessoas em Brasília. No boletim da meia-noite, foi noticiado o ato de alunos, professores e funcionários da PUC-São Paulo, no campus da Universidade. E nada sobre o ato, no Rio, com artistas consagrados, que juntou milhares de pessoas nos Arcos da Lapa. Sobre a decisão da Comissão Especial da Câmara, foi lida uma nota curta informando o resultado da votação e adiantando que o processo terá continuidade no Plenário da Câmara a partir de sexta-feira.

A conclusão que se pode tirar da cobertura jornalística de dois fatos principais do dia – a decisão da Comissão Especial da Câmara e o ato em defesa do mandato de Dilma Rousseff, no Rio – é que pecaram pela cobertura fraca ou inexistente e também por não ter sido observado o equilíbrio entre as forças em disputa.

Desequilíbrio entre fontes da informação prejudica notícia

A edição das 23h do dia 11/4 do boletim Nacional Informa, da Rádio Nacional de Brasília, anunciou, na voz do locutor: “Organizações não Governamentais e a Comissão Pastoral da Terra discordam da suspensão da Reforma Agrária pelo Tribunal de Contas da União. O TCU apontou irregularidades na distribuição de lotes pelo Incra.”

E entra o repórter, do Pará: “De acordo com as investigações determinadas pelo Tribunal de Contas da União, cerca de 578 mil pessoas se beneficiaram com a fraude em todo o Brasil, recebendo terras e recursos da Reforma Agrária, entre eles, 62 mil empresários, 144 mil servidores públicos do Incra, 800 vereadores, cerca de 100 deputados estaduais, 69 vice-prefeitos, um senador da República e 38 mil pessoas que já morreram. Para chegar a esses números, o Tribunal de Contas da União recebeu relatório fruto do cruzamento de dados da Receita Federal e do Incra (...).”

Todos esses dados tinham sido divulgados cinco dias antes pelo TCU e já tinham sido contestados logo em seguida pelo Incra. No entanto, o Nacional Informa repetiu todos os dados e não divulgou a nota de contestação assinada pelo Incra, que diz o seguinte, em resumo: “A maioria das discrepâncias – 417.076 registros – diz respeito a situações que ocorreram após as famílias já serem beneficiárias do programa.” Acrescenta o Incra, por exemplo, que dos 1079 políticos dados como tendo recebido lotes irregularmente, no momento do benefício apenas 11 deles já eram políticos. Explica que o levantamento do TCU esquadrinha 45 anos do órgão, perpassando diversos governos. E o título da matéria, puxando pela reação das entidades voltadas para a Reforma Agrária, diz apenas que elas discordam da decisão do TCU. Na verdade, foram muito mais contundentes, como se pode ver pelo título da nota que emitiram – “Nota de repúdio: golpe de misericórdia na luta pela terra!” – que foi assinada por 11 entidades, entre as quais a Associação Nacional dos Geógrafos e a Comissão Pastoral da Terra.

A cobertura da votação

No dia 17 de abril, a Rádio Nacional de Brasília começou a tratar da votação na Câmara sobre a admissibilidade do processo de impeachment, a partir do boletim Nacional Informa, das 10h00. Neste primeiro boletim do dia, um repórter entrou ao vivo diretamente da Esplanada dos Ministérios, informando sobre a movimentação de manifestantes que, naquele momento, ainda era incipiente. Informou também que os funcionários do Metrô, temendo tumultos, decidiram não trabalhar naquele domingo e que, para compensar, o número de veículos das frotas de ônibus tinha sido aumentado.

Em várias ocasiões se disse, de forma inapropriada, que os deputados iriam votar o impeachment da presidente Dilma Rousseff. Até uma vinheta, anunciando a cobertura ao vivo, a partir das 15h00 dizia: *“Cobertura do processo de votação do impeachment na Rádio Nacional”*. Na verdade, os deputados iriam votar pelo arquivamento ou pelo prosseguimento do processo de impeachment. Da forma como se dizia era como se os deputados fossem decidir a situação do impeachment.

No Nacional Informa das 11h00, o repórter diz que a expectativa era de que 300 mil pessoas acompanhariam, na Esplanada dos Ministérios, a votação da abertura do processo de impeachment da presidente. Deveria ter sido citado de onde partiu a estimativa de 300 mil pessoas, o que, além do mais, amenizaria a responsabilidade pela enorme diferença, uma vez que se reuniram no local, segundo a Secretaria de Segurança Pública do DF, 79 mil manifestantes. Outra observação: foi incorreto dizer que se tratava da abertura do processo de impeachment. A abertura tinha acontecido muitos dias antes, desde que a Comissão Especial votou pelo prosseguimento do processo.

No boletim das 13h00, em uma só frase, a repórter incorre em três equívocos. Disse ela: “O líder do governo, José Guimarães, não fala em número, mas garante que tem pelo menos 200 votos, mais que os 170 necessários para barrar o processo”. Se não fala em número, o que são os 200 votos? Em relação ao número 170 (citado outras vezes), são duas incorreções. O número correto era 172, o que vinha sendo exaustivamente divulgado. E não se tratava de 172 'votos'. O total de 172 seria de votos, mais abstenções, mais ausências.

A programação foi de certa forma burocrática. Não houve entradas ao vivo, no meio da programação, o que atenderia à ansiedade por informações a respeito dos preparativos para a votação e sobre a movimentação dos manifestantes. Só foram veiculadas informações nas horas cheias, dentro dos boletins Nacional Informa. A escalada do boletim das 14h00 anunciou: “Eduardo Cunha já está na Câmara para a abertura da sessão de análise do impeachment” e “Manifestantes se reúnem no Farol da Barra, em Salvador”.

Às 14h30 entra um plantão de notícias que deu uma boa panorâmica do que ocorria na Câmara e também como estavam, separadas por um tapume, as duas áreas da Esplanada onde se reuniam os que são eram a favor e os que eram contra o impeachment.

Às 15h06 é anunciada a formação da rede nacional de rádios públicas, encabeçada pela Rádio Nacional de Brasília e integrada pelas demais emissoras do sistema de rádios da EBC e por várias parceiras. Estudiosos, como historiadores, cientistas políticos e sociólogos participaram das

transmissões, analisando, nos estúdios da Rádio Nacional AM de Brasília e na Rádio MEC AM, do Rio de Janeiro, o que se passava na Câmara dos Deputados e nas ruas. Entre os estudiosos havia os que defendiam o governo, contra o processo de impeachment, chamado de golpe, e também quem considerava que a presidenta tinha efetivamente cometido crime de responsabilidade. Mas não havia agressividade ou proselitismo nas colocações.

O esquema montado para a cobertura deu contribuições importantes para se compreender o processo. O problema é que o sistema de rádios apresentava várias opiniões sobre um processo que se desenvolvia na Câmara e nas ruas e não dávamos informações diretamente destes locais. Depois de mais de 40 minutos de debate, foi noticiado o que ocorria de fato: *"Estamos aqui neste debate e simultaneamente acompanhando as notícias. Ou seja, às 15h45, 4 minutos atrás, portanto, o painel eletrônico da Câmara já mostrava a presença de 480 deputados, ou seja, temos, na Câmara dos Deputados, quórum amplo, por sinal. E ainda há pouco, representando o DEM, o deputado Pauderney Avelino, do partido DEM, do Democratas, falou que a atual crise econômica, no ponto de vista dele, é justificativa para o impeachment. E chamou esse impeachment de um impeachment contra o que ele chamou de grave problema moral (...)."*

As informações eram importantes não apenas para satisfazer a curiosidade dos ouvintes que queriam saber como estava o andamento do processo, mas também para alimentar o debate entre os estudiosos. Ocorre que as informações sobre o que acontecia na Câmara dos Deputados, em Brasília, foram dadas, inexplicavelmente, pelo âncora da Rádio MEC AM, do Rio de Janeiro. Não seria de se esperar que essas informações fossem passadas pelos repórteres que se encontravam no local ou então, diante de alguma dificuldade técnica, do âncora da Rádio Nacional de Brasília? Outra questão: por que só demos a posição de um parlamentar favorável ao prosseguimento do processo de impeachment e não contrabalançamos com um outro de posição contrária?

Com uma hora de rede no ar, novamente o âncora da MEC do Rio de Janeiro interrompe os debates para explicar as regras e para dizer qual era o quórum naquele momento na Câmara. *"Para você que ligou o rádio agora e não conhece de perto qual é a regra desse processo, são necessários 342 votos. Para que Dilma não passe pelo processo de impeachment, 171 deputados devem estar no grupo entre os que dizem não ao impeachment. As abstenções e as ausências, ou seja, 171 já garantindo entre as abstenções, não e ausências. E, como já destaquei, mais de 490 deputados, dos 513 deputados federais já presentes no plenário."* A tentativa de explicar as regras do processo mais complicou do que esclareceu. Além do mais, o número exigido para o processo ser arquivado – votos, mais ausências, mais abstenções – é de 172 e não de 171, como foi dito pelo menos duas vezes.

A certa altura, uma jornalista da Rádio Nacional de Brasília, ao lado do âncora também de Brasília diz, a propósito da imprensa internacional:

*"As manchetes de hoje deixam a gente numa situação reflexiva, para dizer o mínimo. O New York Times, por exemplo, jornal de grande circulação nos Estados Unidos, traz a seguinte manchete: **Honesta, Dilma Rousseff pode ser afastada por criminosos**".*

E lê as manchetes de mais quatro jornais. Vamos analisar apenas a que seria a manchete de hoje (dia 17/4) do jornal The New York Times:

Em primeiro lugar, dizer que “As manchetes de hoje deixam a gente numa situação reflexiva”, não é uma boa construção; a manchete do jornal do dia 17 do jornal citado é completamente diferente, o que prejudica a credibilidade da rádio; e o que foi dito que era a manchete do dia 17 foi apenas a interpretação feita pelo site Brasil247 sobre a matéria publicada pelo jornal na antevéspera, dia 15/4 (veja o fac simile). Além disso, a manchete não é do The New York Time, mas da sessão Américas e diz o seguinte: **“Tentando remover a líder do Brasil, mas enfrentando eles próprios acusações de corrupção”**.

Esse é o risco de não checar devidamente as informações, de se basear em fontes secundárias, quando não é difícil – e mesmo que fosse – ter acesso às fontes primárias. Quem leu o NYT daquele dia e ouviu nossa rádio vai concluir que não merecemos confiança.

Às 16h32, uma hora e meia depois do início da formação da rede e do início da sessão da Câmara, começa o giro de reportagem pelo Brasil. Diretamente do Salão Verde da Câmara um repórter informa que está para começar a votação. Diz que há muitos deputados e até senadores conversando com os jornalistas. Só que o nosso repórter mesmo não ouve ninguém. Outro repórter, diretamente do STF informa que o ministro Marco Aurélio negou o pedido de apensamento do pedido de impeachment contra Temer ao de Dilma. Em seguida, a reportagem vai a Câmara, onde Eduardo Cunha anuncia o começo da votação. O âncora do Rio, mais uma vez, começa a informar os primeiros votos dos deputados. O âncora não informa qual é a sua fonte.

Em seguida, corretamente, o principal passou a ser o som direto do plenário da Câmara, acompanhando as declarações de votos, eloquentes e reveladores, pontuado, de quando em quando, por informações sobre o placar e com breves análises. O protagonismo dos parlamentares não foi ofuscado. Houve algumas intervenções estranhas. Depois da análise de um estudioso no estúdio da Rádio Nacional de Brasília, o âncora da emissora, que encabeçava a rede, pergunta ao âncora da MEC AM, do Rio: *“Vamos voltar ao plenário, (...) ? A intervalos regulares, o âncora do Rio informava, por exemplo: “vinte a quatro a zero”. E não explicava que este zero referia-se a abstenção.*

Quando o placar anunciou que os que defendiam o prosseguimento do processo de impeachment tinham atingido os 342 votos necessários, o âncora do Rio explicou quais seriam os próximos passos do processo de impeachment e se despediu encerrando a rede, mas informando que a Nacional de Brasília continuaria transmitindo a votação até o final. Nesse momento, quando seria mais oportuno ouvir os estudiosos, nenhum deles se encontrava mais nos estúdios de Brasília nem do Rio de Janeiro. E entra o âncora de Brasília: *“Nós já estamos encerrando a rede, mas a Rádio Nacional vai continuar trazendo, através do nosso Departamento de Jornalismo, a votação até o último voto para que você possa ficar bem informado em todo o Brasil.”* Não foi o que aconteceu. Na sequência entra uma programação musical e não se fala mais no assunto. Nem para explicar por que a emissora anunciou que iria até o último voto e não cumpriu o que prometeu.

Ouvidoria nos veículos da EBC

Programas da Ouvidoria

A situação dos programas da Ouvidoria nas rádios e na TV Brasil permanece a mesma que foi referida em relatórios anteriores. As dificuldades administrativas para formação da equipe de produção ainda não foram superadas, inviabilizando os projetos. Somente a Coluna da Ouvidoria vem sendo publicada, ainda em página única na Agência Brasil, com inserção no Portal EBC, na seção "Também na EBC". Os arquivos e *links* das publicações ficam armazenados na [página da Ouvidoria](#). No mês de abril foram publicados três textos da Coluna, reproduzidos abaixo.

Colunas da Ouvidoria

A crítica e a mediação no trabalho da Ouvidoria

A cobertura jornalística dos recentes acontecimentos políticos, pela TV Brasil, trouxe de volta uma discussão recorrente nos veículos públicos – a necessidade de um planejamento editorial que trate os temas políticos com mais equilíbrio, levando em consideração o interesse do público por informação qualificada e esclarecedora, sem proselitismo, diante de um contexto cada vez mais conturbado.

Nesse panorama, a Ouvidoria tem sido questionada sobre a efetividade de sua atuação, principalmente no que se refere à obrigação legal de proceder à análise crítica da linha editorial, dos programas e das produções jornalísticas. Aliás, duplamente questionada: por aqueles que não aceitam que a Ouvidoria cumpra o papel de observadora crítica dos discursos que entregamos à sociedade em formato de produtos midiáticos; e por aqueles que, compreendendo essa premissa de atuação, esperam da Ouvidoria uma voz mais ativa no sentido da correção dos deslizes que tão facilmente têm sido identificados pelo público.

Cabe esclarecer que não nos arvoramos à crítica por livre iniciativa, mas em cumprimento à lei que criou a EBC e, concomitantemente, a Ouvidoria – Lei 11.652/2008, inciso I, parágrafo 3o, Art. 20, que diz que "No exercício de suas funções o Ouvidor deverá redigir boletim interno diário com críticas à programação do dia anterior, a ser encaminhado à Diretoria Executiva."

Não há, portanto, o que discutir sobre a pertinência da tarefa de análise. Quanto aos que consideram que a Ouvidoria deveria ter uma atuação mais incisiva, expondo a crítica de forma mais ampla, devo esclarecer que adotamos uma estratégia de comunicação que, mesmo não sendo compreendida dessa forma, tem como objetivo contribuir para a solução dos problemas e não apenas lhes dar publicidade. A comunicação da Ouvidoria conta com os seguintes instrumentos:

Boletim da Ouvidoria – essa publicação traz análises dos diversos aspectos da programação, com ênfase nas produções jornalísticas. O Boletim é encaminhado à diretoria executiva e aos assessores autorizados. O propósito dos boletins é permitir que os gestores tenham conhecimento dos aspectos que necessitam mais investimentos para a qualidade, funcionando como uma ferramenta de gestão.

Relatórios – a Ouvidoria presta contas regularmente ao Conselho Curador sobre a opinião do público a respeito dos conteúdos dos veículos da EBC. Nos relatórios estão também as análises de conteúdo que foram antecipadamente comunicadas aos responsáveis pelas áreas, através dos boletins. Os aspectos apontados nos boletins, se tratados previamente, evitariam as desagradáveis exposições, perante o conselho e transmitidas por internet, de problemas que não são solucionados.

Ouvidoria nos veículos da EBC – por lei, a Ouvidoria teria que ter pelo menos quinze minutos semanais de inserção nos veículos públicos. A função dessas comunicações é estimular o público ao reconhecimento do direito à comunicação como base para os demais direitos, numa espécie de letramento para leitura crítica da mídia e formação para a cidadania. Os programas da Ouvidoria na TV Brasil e nas rádios estão aguardando a formação de equipes para voltarem a ser veiculados. O projeto da nova produção foi apresentado e aprovado no Conselho. O modelo privilegia os diferentes públicos das diversas faixas de horários, principalmente a programação infanto-juvenil.

Coluna da Ouvidoria - é um espaço de opinião, na Agência Brasil e Portal EBC, onde são aprofundadas as manifestações do público e as análises críticas sobre os conteúdos, entre outros temas de interesse da comunicação pública. Com o presente texto, por exemplo, prestamos contas àqueles que nos interpelaram.

Cada um dos veículos de Ouvidoria tem sua função e não consideramos que todos devam ser usados pura e simplesmente para a crítica. Além de se tornarem redundantes, daria ao público uma impressão distorcida sobre a qualidade da mídia pública. A Ouvidoria chama a atenção para os problemas no intuito de que sejam corrigidos; e cabe aqui um comentário, aos que reclamam que a Ouvidoria não faz elogios. Nos diversos veículos, as produções de qualidade – e são muitas – falam por si e não necessitam de aval da Ouvidoria. Os elogios nos alegram, mas são as críticas, quando vistas de maneira positiva, que nos ajudam a atingir a qualidade. Além do mais, o enaltecimento das produções é uma atribuição dos setores de publicidade e marketing da empresa.

A Ouvidoria atua como mediadora entre o público e a EBC, zelando pela adequação e qualidade do serviço prestado. A solução para os problemas apontados não estará, certamente, na ampliação da exposição da crítica, como querem alguns, mas na atuação do Conselho Curador, instância máxima de representação da sociedade na empresa. O trabalho da Ouvidoria serve de subsídio para que o Conselho Curador possa exercer a sua função de deliberar sobre a linha editorial, as diretrizes educativas, artísticas e culturais dos veículos EBC.

Esperamos ter prestado esclarecimentos aos que nos demandaram um posicionamento, agradecendo a oportunidade de aproximar, um pouco mais, o público da missão da Ouvidoria.

Ensaio de orquestra, ou seis por meia dúzia na mídia pública

No sábado, 16/4, a TV Brasil transmitiu um programa de comentários políticos, ancorado pelo jornalista Paulo Moreira Leite. O cenário era uma parte dos painéis de fundo do programa Palavras Cruzadas, que é apresentado pelos jornalistas Paulo Markun e Tereza Cruvinel, às quartas-feiras. Não há como evitar essa observação, porque o improvisado – e não apenas do cenário – denuncia a falta de planejamento para uma das pautas mais importantes das últimas décadas. Uma pauta óbvia desde dezembro do ano passado, quando o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, acolheu o processo pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

A falta de uma vinheta informando o nome do programa também caracterizou o modo apresentado como foi posto no ar; apenas uma tarja na tela anunciava tratar-se de “Impeachment e a luta pela democracia”, o que não chega a ser nome de um programa, assemelhando-se mais aos títulos dados pelos diversos coletivos e movimentos sociais às manifestações e – aí sim – luta pela democracia nas ruas do país. Não houve anúncio prévio ou divulgação da estreia, mas apenas avisos no mesmo dia em que seria exibido; não teve rotativo final com os créditos de produção, direção, equipe envolvida. Enfim, não estreou, apenas entrou no ar. Também não foi divulgado se haveria outra edição e nem quando. Terá sido episódico? E qual o resultado prático da veiculação, como produção jornalística de televisão? Quem se esperava encontrar do outro lado da tela em uma ação intempestiva de mídia?

Não se poderia chamar de debate aquela roda de comentários convergentes, mas o conteúdo teve pontos altos. Os convidados eram um jornalista, um embaixador, um advogado e um jurista, todos profissionais conceituados em suas áreas de atuação. Paulo Moreira Leite finalmente estava bem situado em um cenário que comportava seus gestos largos e lhe dava até certa elegância, distinguindo, como estilo, o seu indefectível caderninho de anotações. O conjunto das competências era pertinente ao tema e houve aspectos esclarecedores, principalmente para o telespectador que, eventualmente, estivesse desinformado sobre os meandros da atual crise política.

A história recente dos golpes impostos ao país foi lembrada de forma um tanto didática. A menção à Rede da Legalidade, liderada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, em 1961, foi trazida à cena para contextualizar a atuação da mídia no cenário atual. E foi nesse ponto que a conversa descambou para o de sempre, quando um dos convidados sugeriu a organização de um movimento semelhante ao da Legalidade, a partir da mídia pública. Em tom muito peculiar de conversa entre amigos, ele argumentou, sugerindo “o que então nós devemos fazer...” – uma espécie de incompreensão do lugar de onde estava falando.

Naquele caso, não seria necessária a tão decantada pluralidade de vozes e de opiniões discordantes, quando se pretendia explicar o cenário político pelo argumento consistente da ruptura da democracia. Mas a exposição dos fatos à luz do conhecimento e da argumentação crítica, mas didática, seria fundamental para esclarecimento do público.

Evidenciou-se ali o que em geral tem ocorrido na cobertura da crise política pela TV Brasil: não uma abordagem jornalística, mas a reprodução de um mesmo discurso, que a Ouvidoria tem percebido como discurso de militância, que é próprio das manifestações nas ruas e nas redes

sociais, mas não compete à TV pública. Cada veículo de comunicação tem sua lógica própria e isso tem que ser levado em consideração no planejamento das emissões. A amplitude de uma TV e sua heterogeneidade de público não são as mesmas de um auditório ou recinto onde se fala para plateia conhecida ou grupo de amigos – um ponto medido pelo Ibope em São Paulo, por exemplo, significa algo em torno de 58 mil lares e o “traço” ainda guarda uma multidão! E não se pode pensar a TV pública como segmentada.

Muito mais que isso, tem que se ter em conta a lei, os conceitos e princípios em que se sustenta a radiodifusão pública. Há que se levar em consideração o contexto em que está inserida para que se possa estabelecer um contraponto pedagógico no enfrentamento da inércia de opinião/audiência produzida por mais de meio século de prevalência de mídia privada. Esse é um importante indicador para o necessário estabelecimento de uma estratégia de comunicação que dê forma aos produtos da mídia pública, notadamente seu jornalismo, o que não se faz com improviso.

A complementaridade entre os sistemas de radiodifusão (público, privado, estatal), prevista na Constituição, não deve se restringir a o-que-nos-cabe-dizer-porque-eles-não-falam-disso, mas nos provocar a um novo discurso, diferente e eficiente, que possa contribuir para a autonomia e visão crítica das pessoas. E isso diz respeito a toda a sociedade e não apenas àqueles com quem se tem afinidade de pensamento.

Espera-se muito do projeto da comunicação pública, que não pode ser reduzido a um mero direito de resposta à comunicação privada, ou a outro lado da mesma moeda.

Entre o público e a plateia nas manifestações

No dia 31 de março, durante a transmissão das manifestações contra o impeachment, uma telespectadora, indignada, telefonou para a Ouvidoria e disparou seu inconformismo diante de um comentário que estava sendo feito ao vivo, naquele exato momento, de uma das bancadas da TV Brasil. O comentário tecia uma comparação entre o perfil dos participantes da manifestação do dia 13 de março, a favor do impeachment, e os que estavam naquela manifestação. Dizia o jornalista:

“... uma pesquisa da Folha de S. Paulo demonstrava claramente que aquela manifestação do dia 13, pelo impeachment, era formada basicamente por homens em meia idade, 40/50 anos, brancos, com curso superior, faixa de renda elevada... e nessa manifestação a gente vê um pouquinho de diferença... a começar pela cor da pele, né? Quantos negros... pardos a gente vê nessa manifestação... um número bem superior ao que se vê na outra. Essa diferença... no olho... a gente confere.”

O comentário ganhou um contorno realmente infeliz, pela entonação e modulação da voz do âncora. A telespectadora, dizendo-se branca, de classe média, com curso superior, mas contra o impeachment, vociferou contra a TV Brasil, dizendo que o comentário foi “discriminatório” e que não é isso “que se espera de uma emissora pública”. A Ouvidoria também estava acompanhando a transmissão e, lamentavelmente, temos que concordar com a crítica da telespectadora. Não apenas por isso, mas porque houve outros momentos da transmissão igualmente ina-

dequados.

Fizemos um levantamento das comunicações do público sobre o assunto durante o mês de março; das 21 manifestações que se referiam à cobertura política, 14 foram de reclamações, seis eram elogios e uma pedia informação. As manifestações que chegam à Ouvidoria representam não apenas a opinião daqueles que tomam a iniciativa de nos escrever, mas devem ser percebidas como uma amostra do que eventualmente esteja acontecendo com as pessoas que assistem à emissora pública.

Temos insistido na crítica ao que classificamos como “discurso de militância” nas bancadas da cobertura das manifestações políticas, pela TV Brasil. E isso não significa, de forma alguma, defender qualquer posição ou restrição à liberdade de imprensa, que a TV pública tem garantida por princípio e de direito. A preocupação reside no fato de que, ao assumir essa postura, a mídia pública está contrariando a Lei que a instituiu e também o Manual de Jornalismo da EBC, que foi elaborado pelas muitas mãos que contribuíram através de consultas públicas. O Manual de Jornalismo reafirma que “A EBC é uma empresa pública comprometida com o cidadão brasileiro e com a promoção da cidadania, não com partidos ou coalizões políticas que ocupam o poder ou fazem oposição a esses. (...) A cobertura política deve ser apartidária, justa, objetiva, autônoma e equilibrada, em sintonia com o interesse público”.

Em uma emissora de televisão, o tom de adesão a esse ou aquele ponto de vista em disputa na sociedade equivale a virar as costas para uma parte do público que não pensa de forma semelhante ou, ainda, para aqueles que não pensam desse ou daquele modo, mas apenas estão à espera de informações objetivas, claras e confiáveis. É preciso não confundir a liberdade de imprensa e de expressão, que na mídia pública não é mera peça de retórica, com o direito de cada um defender seu ponto de vista particular da forma como quiser, como é próprio das manifestações das ruas, das relações interpessoais e nas redes sociais.

Jornalisticamente, a defesa do que se considera o viés mais correto na narrativa dos acontecimentos, ainda mais em contexto de polarização, se dá pela definição e estabelecimento de uma linha editorial que, na bancada, se traduza em argumentação consistente, e até mesmo didática, para que o público compreenda o cenário confuso em que está sendo chamado a se posicionar. Palavras de ordem ficam mais bem colocadas nas reportagens que informam sobre o clamor das ruas – o que, aliás, a reportagem da TV Brasil tem feito com competência.

As ruas é que falam para os atores que detêm o poder de virar o jogo da realidade corrente. E é a partir da compreensão dos fatos que, no sentido literal ou figurado, se vai para as ruas. Qualquer empreendimento de radiodifusão e imprensa, mesmo os que não são públicos, têm como público-alvo toda a sociedade. Os que já estão convencidos de que devem se juntar às manifestações, estes não estarão em casa, assistindo à vida pela TV. Então, para quem a TV Brasil está falando?

A segmentação de público guarda apenas uma estratégia: a de garantir a adesão dos que já estão predispostos ao que se tem para oferecer, sem que seja preciso dispendir grandes esforços na conquista de outros públicos. Embora já se tenha ouvido dizer o contrário, a comunicação pública tem que se preocupar, sim, com a questão da audiência. Não fosse pelo fato de que todos os brasileiros pagam por ela, seria porque, na relação custo benefício, falar para pou-

cos torna a produção infinitamente mais cara, dando munição aos que não entendem a relevância dos meios públicos e, volta e meia, investem contra eles – ou mais frequentemente contra a TV Brasil.

A missão da EBC é contribuir para a formação crítica das pessoas, seja lá como isso for entendido. Falar para os que já têm a tal “formação crítica” é muito cômodo, mas em bom português é como chover no molhado, além de não atender à lógica de ampliação da audiência que, por óbvio, é também um capital de formação de opinião. Diante disso, cabem algumas perguntas: qual é o público-alvo desses discursos? Qual a estratégia de comunicação que sustenta a linha editorial que os autoriza? O que se diz, para quem e com que objetivo?

A TV Brasil precisa ser estratégica, ou estará trocando o público pela plateia.

Manifestações do Público

TV Brasil

Público comenta cobertura da crise política pela TV Brasil

A TV Brasil recebeu em abril 441 mensagens do público. Desse total, 41 se referem à cobertura da crise política pela emissora. A maior parte dos telespectadores reclama porque, na opinião deles, a emissora mostra conteúdo contra o governo. Outros 10 demandantes reclamaram porque a TV Brasil supostamente teria uma postura a favor do PT. Nove elogiaram o canal por ser imparcial nos assuntos políticos. Outros seis elogiaram por ser a favor do governo. Nenhuma mensagem de elogios foi recebida por mostrar conteúdo contra o governo.

Entre as mensagens que trataram do conteúdo político está a de Claudiney (Processo 907-TB-2016). "Não estou mandando uma mensagem de crítica, mas sim de parabéns pela forma isenta de jornalismo que se faz no EBC. Ainda bem, pois vemos hoje uma forma de manipular todas as notícias por parte das mesmas redes de televisão que nunca pensaram no povo, de qualquer forma obrigado a vocês", disse o telespectador.

Opinião semelhante tem Leonardo dos Santos Freire (Processo 908-TB-2016). Segundo ele, "nesses momentos difíceis a TV Brasil tem se manifestado como se espera de um verdadeiro veículo de comunicação isento e imparcial".

Maylda (Processo 931-TB-2016) também parabenizou o jornalismo. "É pra isso que são feitos os jornalistas de verdades, para levar a notícia como ela é, sem interferir na notícia mesmo você discordando do que está sendo informado".

Por outro lado, há também quem critique a cobertura política. Flávio (Processo 912-TB-2016) ligou para a Ouvidoria para reclamar de parcialidade por parte do jornalismo da TV Brasil, em especial no Repórter Brasil. De acordo com o telespectador, há exibição de matérias tendenciosas em defesa do governo. Flávio também questiona os comentaristas que, na opinião dele, apresentam um nível de qualidade insatisfatório e classifica o posicionamento da emissora como "chapa branca".

Aloizio Barros de Souza (Processo 1073-TB-2016) reclamou da transmissão do ato da cultura, em 11/4. "A TV Brasil é uma emissora estatal e jamais, jamais poderia estar mostrando um comício, sim, um comício fora de época do ex-presidente Lula, no Rio de Janeiro". Lilian Ferreira de Sousa (Processo 1076-TB-2016) também criticou a veiculação do discurso. De acordo com ela, a emissora ficou cerca de oito minutos esperando a fala do ex-presidente Lula.

Os elogios foram encaminhados para a diretoria de jornalismo. Os telespectadores receberam uma mensagem padrão de agradecimento. Para a reclamação, a diretoria da área enviou a seguinte resposta: "Agradecemos a participação e respeitamos a opinião do telespectador. Informamos que a TV Brasil busca a imparcialidade e a pluralidade seguindo o Manual de Jornalismo da EBC".

A Ouvidoria identificou que há uma campanha na internet para mudança do horário do Repórter Brasil. O telespectador Nilton Serra (Processo 1008-TB-2016) informou uma das páginas do Facebook que pedem a alteração. A postagem teve 83 compartilhamentos.

Entre as mensagens recebidas pela Ouvidoria sobre esse assunto está a de Diego Medeiros (Processo 972-TB-2016). Ele sugeriu a alteração na grade de programação. Para o telespectador, é preciso colocar o telejornal em "um horário que se iguale aos dos outros telejornais nacionais, pois é nesse exato horário onde a maioria da população busca se informar através da TV".

A resposta enviada para o telespectador foi a seguinte: "sua mensagem com sugestões e comentários foi encaminhada para a Diretoria de Conteúdo e Programação, para conhecimento e análise".

Vera Lucia Menezes de Oliveira e Paiva (Processo 1052-TB-2016) afirmou que gosta dos programas Espaço Público, Observatório da Imprensa, Palavras Cruzadas, Brasilianas, Ver TV e Repórter Brasil, mas tem dificuldade em acompanhá-los em função do horário. "Programas dessa qualidade deveriam estar em horário nobre para que mais pessoas tenham acesso. Por isso, solicito que o Repórter Brasil, edição da noite, seja antecipado para às 20h e 30min (ou 20h e 35 min, após a propaganda partidária) e os demais sejam inseridos entre 21 e 22h", afirmou.

Agência Brasil e Portal EBC

No mês de abril a Ouvidoria recebeu 26 mensagens referentes à Agência Brasil. Houve onze reclamações, quatro elogios, dois comentários, duas sugestões, dois pedidos de informação e cinco serviços.

Uma das reclamações (Processo 106-AB-2016) apontou um erro de cálculo na chamada de uma matéria sobre o balanço registrado pelo Dieese nos reajustes salariais negociados em 2015. A Suadi agradeceu o alerta e corrigiu o erro no mesmo dia em que a demanda foi encaminhada.

A outra reclamação (Processo 115-AB-2016), que acusou um viés favorável às operadoras em uma matéria sobre do estabelecimento de limites no consumo da internet fixa, a Superintendência Executiva de Agências e Conteúdo Digital (Suadi) respondeu que outras matérias seriam feitas sobre este assunto. Nos dias seguintes este compromisso foi concretizado através da publicação de mais de dez matérias.

Uma terceira reclamação (Processo 121-AB-2016) criticou a citação do nome de um policial militar em uma matéria publicada em dezembro de 2015. O demandante escreveu: "Boa tarde. Saibam que vocês estão difamando a imagem do Soldado (...) e isso cabe processo. Pois foi provado em julgamento que ele não foi investigado em outras chacinas, nem se quer cogitado. É um soldado honesto que foi julgado erroneamente e será provado o feito, na realidade já foi. Por isso já está respondendo em liberdade". A Suadi respondeu: "A Agência Brasil relata em matéria de 30 de dezembro de 2015 o caso do processo judicial advindo da investigação sobre chacina ocorrida na sede da torcida organizada do Corinthians Pavilhão 9, em abril. Um desses processos diz respeito ao policial em questão. Na nossa matéria, explicamos que ele obteve liberdade e também divulgamos a nota de explicação da Secretaria de Segurança Pública sobre o caso. Acreditamos que cumprimos o preceito de abordar os dois lados. Não foi divulgada nenhuma informação errada a respeito do assunto".

Um dos pedidos de informação (Processo 122-AB-2016) tratou do acesso a um documento oficial. O demandante escreveu: "Nesta semana, a sociedade foi pega de surpresa ao descobrir através da imprensa, que a Marinha havia imposto um sigilo de 5 anos sob um relatório conclusivo acerca dos efeitos causados por toda lama proveniente do rompimento da barreira em Mariana (MG). Li uma matéria no site de vocês (...) onde a Marinha diz ter reclassificado o relatório para que ele esteja disponível para população. Vocês já conseguiram acesso ao relatório? Como faço para informar sobre ele?" A Suadi respondeu: "Não tivemos acesso ao relatório em questão. Apenas nos deram a informação sobre a quebra do sigilo do documento. Você pode tentar nos dois endereços: ouvidoria@sipm.mar.mil.br e faleconosco@sipm.mar.mil.br".

Dos quatro elogios dirigidos à Agência Brasil, dois (Processo 100-AB-2016 e 101-AB-2016) foram enviados pelo integrante do Conselho Curador da EBC, Takashi Tome, e trataram de conteúdos de cunho científico. O terceiro elogio (Processo 98-AB-2016) destacou a isenção de uma

matéria sobre os resultados de um estudo da Cepal que apontou uma diminuição da pobreza no Brasil de 2014 a 2015, contra um aumento da pobreza na região durante o mesmo período.

O quarto elogio (Processo 111-AB-2016) foi em relação a uma matéria que fez parte da cobertura do vírus zika: "Bom dia Me chamo Roberta estou grávida e estava procurando informações sobre composição de repelentes e o post do site foi bem esclarecedor para mim e me ajudou muito. No meu posto de saúde da minha cidade não tive as informações de que necessitava, simplesmente o médico disse para comprar um que tivesse na composição DEET. Muito obrigada e por favor continuem com a prestação de serviço que fazem.

Referente ao Portal EBC, a Ouvidoria recebeu em abril 12 mensagens. Houve oito reclamações e cinco pedidos de informação.

Três das reclamações e um dos pedidos de informação foram provocados por uma inversão de cifras na manchete de uma matéria sobre os Jogos Olímpicos, cuja versão moderna, segundo a manchete, começou a ser realizada em 1986, ao invés de 1896. A Suadi agradeceu o alerta e corrigiu o erro no dia subsequente ao dia do encaminhamento da demanda.

Outros três reclamações também trataram de erros pontuais em nomes e datas.

Um pedido de informação (Processo 26-PE-2016) foi enviado por um membro da equipe técnica do Portal Terra, que reproduz conteúdos da Agência Brasil. O demandante informou que seu portal está mudando para um sistema de navegação segura HTTPS, no qual o tracking oferecido pela Agência Brasil não permite fazer chamadas e perguntou se a equipe técnica da EBC está disponibilizando uma solução. A Gerência de Desenvolvimento de Sistemas Web da EBC respondeu que "infelizmente ainda não dispomos dessa tecnologia. Existem algumas iniciativas para aquisição, entretanto sem perspectivas de conclusão".

Sistema de Rádios

No mês de abril, a Ouvidoria recebeu 28 mensagens de ouvintes referentes às emissoras do Sistema de Rádios da EBC (Empresa Brasil de Comunicação). Foram 8 reclamações, 5 elogios, 2 sugestões, 10 serviços e 3 pedidos de informação. A seguir, uma síntese das mensagens recebidas:

Entre as mensagens recebidas, citamos a de Wolf Henrique Brucher, que saúda a transmissão ao vivo, pela Rádio MEC FM do Rio de Janeiro, da apresentação da Orquestra Sinfônica Brasileira no Theatro Municipal do Rio, no último dia 2/4. Mas faz uma sugestão: que o apresentador utilize uma linguagem menos coloquial e tenha um comportamento mais profissional. A Coordenação da emissora agradeceu os elogios e informou que as transmissões serão mensais, de março a dezembro e que a próxima será no dia 7/5. Sobre a apresentação, informou que há uma busca de um tom não tão formal, com a participação de ouvintes via WhatsApp. Mas a mensagem será encaminhada para a equipe.

O ouvinte Leandro M. Silveira escreve para parabenizar o radialista Adelzon Alves pelos programas que produz e são veiculados diariamente na Rádio Nacional do Rio de Janeiro. *"Adelzon é preciso nos comentários e sabe com propriedade do que está falando"*, diz ele, que também é pesquisador de samba e se espelha no seu exemplo e dedicação. A Ouvidoria agradeceu a participação do ouvinte e informou que mensagem foi encaminhada à Coordenação da Rádio Nacional do Rio de Janeiro para conhecimento e análise.

Outra mensagem que citamos é a de Mônica Padilha Fonseca, que não faz uma pergunta e sim um protesto. Ela diz que se assustou com a abordagem da Rádio Nacional FM de Brasília, principalmente sendo uma emissora pública, ao anunciar o ato contra o impeachment marcado para o dia 4/4. Para ela, foi dito na reportagem que o ato foi convocado pelo PT e CUT e sua pauta era defender o governo. Ela diz que o ato foi convocado por uma ampla gama de entidades agrupadas na Frente Brasil Popular e na Frente Povo Sem Medo. Entre outras reclamações, ela afirmou que a pauta priorizava a defesa da democracia e contra um impeachment sem base legal. Segundo ela, não havia defesa do governo o que pode ser comprovado por haver dois pontos da pauta que eram contra duas propostas suas: luta contra o ajuste fiscal e contra a reforma da Previdência.

A mensagem foi enviada à Coordenação da emissora para conhecimento e análise. Publicamos a seguir um trecho da reportagem a que se refere a ouvinte – encontro de artistas e intelectuais com a presidenta – para que o leitor faça a comparação: *"Durante o evento, chamado de Encontro de Artistas e Intelectuais em defesa da democracia serão entregues manifestos contra o processo de impeachment que tramita na Câmara dos Deputados. Para hoje, estão previstas várias*

manifestações em defesa do governo e da presidenta Dilma. De acordo com a Central Única dos Trabalhadores, a CUT, aqui em Brasília são esperados pelo menos 700 ônibus de todo o país trazendo cerca de 30 mil pessoas". Como vimos, o texto não cita o PT. Sobre a manifestação em Salvador, diz a repórter: "A Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, central Bahia, promove hoje uma caminhada no centro de Salvador em prol da democracia e em homenagem às vítimas do regime militar. O evento conta com três grupos: a Frente Brasil Popular, a Frente Povo sem Medo e o grupo Tortura Nunca Mais."

Uma ouvinte se queixa de a Rádio Nacional do Alto Solimões não estar funcionando na Web, enquanto as demais emissoras da EBC transmitem normalmente. A Gerência de Desenvolvimento de Sistemas Web, da EBC, foi informada e retornou dizendo que no teste realizado foi possível ouvir normalmente o som da Rádio. E pede que a ouvinte, caso o problema persista, volte a entrar em contato, fornecendo os seguintes dados: nome e versão do sistema operacional, nome e versão do navegador utilizado e tipo de internet.

Um dos ouvintes reclama do gênero de músicas que não combinaria com o horário em que são apresentadas pela Rádio MEC FM do Rio de Janeiro. Diz o missivista que, de manhã, "está tocando quase sempre música tipo 'enterro de sétimo dia'". Acrescenta que os movimentos "Alegro, Andante, Moderato e outros mais alegres para este tipo de horário parece que foram reduzidos". A Ouvidoria entrou em contato com a direção da emissora que retornou agradecendo a mensagem e a audiência. E informou que no programa referido – Áurea Música – está destacando o repertório da era medieval ao classicismo, tentando uma diversidade de sons e compositores. Finaliza dizendo que está renovando o playlist e que gostaria de contar com a colaboração do ouvinte.

Dílson Honório de Oliveira registrou, no dia 25/4, elogios entusiasmados à Rádio Nacional AM, de Brasília: "Sou fã da Nacional, mas a programação de agora à noite está fantástica". A mensagem foi enviada à coordenação da Rádio Nacional para conhecimento e apreciação.

Émerson Guimarães Pereira, referindo-se ao mesmo dia (25/4) mas, de manhã, diz ter ficado decepcionado com o comentário de um apresentador falando de futebol, que não se referiu ao futebol de Brasília, apesar de falar na Rádio Nacional de Brasília FM. Diz ele que o apresentador falou de resultados e classificações de vários campeonatos, mas ignorou o do DF. E justo num fim de semana em que o Gama se classificou para a Copa Verde e o Ceilândia se classificou para a final do campeonato de Brasília. A Rádio foi acionada, mas a Ouvidoria não recebeu resposta, embora o prazo já tenha se esgotado.

O ouvinte Roberto Fernando de Carvalho diz que já enviou duas mensagens de reclamação "até agora inutilmente". Ele diz que a (Rádio MEC) FM, do Rio, parou de entrar via internet nos últimos três meses. E observa que o site da EBC abre normalmente, a não ser a recepção de áudio. A reclamação havia sido encaminhada para a emissora mas o órgão responsável é a SUADI, da área de Tecnologia da Informação da EBC. A demanda foi redirecionada para a SUADI, mas o prazo terminou ontem e não houve resposta.

Monitoramento e Gestão da Informação

Mapeamento das demandas

Total de demandas de abril

ABRIL							
Veículo	Reclamação	Elogio	Sugestão	Comentário	Serviço	Pedido de Informação	Total
AGÊNCIA BRASIL	11	4	2	2	5	2	26
EBC	2	1	3	1	35	6	48
PORTAL DA EBC	7	0	0	0	0	5	12
Rádios	8	5	2	0	10	3	28
TV BRASIL	120	63	97	12	85	64	441
TV BRASIL INTERNACIONAL	1	0	0	0	0	0	1
TOTAL	149	73	104	15	135	80	556

TV Brasil

Reclamações

Em abril a Ouvidoria recebeu 120 reclamações referentes à TV Brasil, que se distribuem conforme o quadro abaixo. O maior número de reclamações se refere a problemas de sinal e áudio sendo, ao todo, 42 reclamações (35%). Em seguida aparecem as 16 reclamações de parcialidade contra o governo (13%). Depois, as reclamações sobre o horário do Repórter Brasil, Espaço Público, Brasilianas.org, Ver TV, Observatório da Imprensa e Palavras Cruzadas - foram 13, representando 11% do total. Em seguida, 10 reclamações referentes a parcialidade a favor do governo (8%). Depois aparecem 06 reclamações sobre interrupção ou retirada de programas sem nenhum aviso-prévio (5%) e 05 reclamações e pedidos de ampliação da cobertura da TV Brasil (4%). Problemas com vídeos na página da TV Brasil na *internet* e a saída do programa "Os Cupins" também foram citados.

Reclamações - TV Brasil	Quantidade
Problema com sinal	25
Problema com áudio	17
Reclamação de parcialidade contra o governo	16
Reclamação do horário do telejornal e outros programas	13
Reclamação de parcialidade a favor do governo	10
Reclamação de interrupção de programa ou não veiculação	6
Reclamação e pedido de ampliação da cobertura da TV Brasil	5
Problemas com vídeos na página da TV Brasil	4
Reclamação da saída de "Os Cupins" da programação	2
Reclamação de problemas com WEB/TV	1
Reclamação pela não transmissão de partida de jogo feminino	1
Reclamação da falta de estudiosos negros na TV	1
Reclamação de mudança da "Santa Missa"	1
Reclamação do termo "presidenta"	1
"Fique Ligado" fazendo merchandising	1
Outros	16
Total	120

Elogios

Em abril, a Ouvidoria recebeu 63 elogios para a TV Brasil. Foram 16 elogios (25%) à programação de uma forma geral. Nove telespectadores (14%) elogiaram a imparcialidade do jornalismo da TV Brasil e 06 telespectadores (9,5%) elogiaram o jornalismo, por considerarem a favor do governo. Recebemos 06 elogios ao "Repórter Brasil" (9,5%) e 04 elogios para a cobertura do *impeachment* (6%). Recebemos 03 elogios (4,5%) sobre a cobertura das manifestações, 03 (4,5%) para o "Espaço Público" e 03 (4,5%) para o "Especial – impeachment e a luta pela democracia". Outros programas também receberam elogios.

Elogios – TV Brasil	
Elogio à programação	16
Elogio à imparcialidade do jornalismo	9
Elogio ao jornalismo, por ser a favor do governo	6
Repórter Brasil	6
Elogio à cobertura do <i>impeachment</i>	4
Elogio à cobertura das manifestações	3
Espaço Público	3
Especial – impeachment e a luta pela democracia	3
Sem Censura	2
Fique Ligado	1
Estação Plural	1
Samba na Gamboa	1
Caminhos da Reportagem	1
Windeck	1
Ver TV	1
Palavras Cruzadas	1
Jornal Visual	1
Retratos da Fé	1
Nosso Veneno Cotidiano	1
Elogio a normatização do sinal	1
Total	63

Sugestões

Em abril recebemos 97 sugestões para a TV Brasil. Foram 48 sugestões (49%) para que o Repórter Brasil seja veiculado mais cedo. Também recebemos 10 sugestões (10%) de mudança de horário para o VerTV, Brazilianas.org e Espaço Público. Recebemos 08 sugestões de pauta para programas (8%) e 04 telespectadores (4%) sugerem a veiculação de um jornal matutino. Também, recebemos algumas sugestões para programas específicos.

Sugestões – TV Brasil	
Sugestão de mudança de horário do Repórter Brasil	48
Sugestão de mudança de horário do VerTV, Brazilianas.org e Espaço Público	10
Sugestões de pauta a programas	8
Sugestão de criação de um telejornal matutino	4
Sugestão para o Palavras Cruzadas	1
Mais telejornais em outros horários	1
Sugestão ao Espaço Público	1
Sugestão de filme	1
Sugestão para o Jornal Visual	1
Sugestão para o Fique Ligado	1
Sugestão de mudança de horário dos programas “Telecurso”	1
Sugestões ao Estação Plural	1
Sugestão de programa: Anabel	1
Sugestão de mudanças na programação	1
Outros	17
Total	97

Destaque do Período: Campanha por mudança de horário do telejornal Repórter Brasil Noite

No mês de abril recebemos uma grande quantidade de demandas pedindo alteração do horário do “Repórter Brasil Noite” e de outros programas, para um horário mais cedo do que é transmitido atualmente. A Ouvidoria observa que o número de demandas não significa, necessariamente, um apreço ou compromisso com o programa e com a TV Brasil, pois observamos que algumas das demandas referem-se a uma campanha feita por redes sociais na internet (*facebook* e *twitter*). É comum, nas redes sociais, que “seguidores” curtam ou apoiem campanhas feitas por “amigos”, apenas para ser solidário à causa, mesmo sem ter uma opinião formada sobre o que está sendo demandado. Entre as demandas que pedem mudança de horário do Repórter Brasil, há até quem defende a causa, mas não sabe o nome do telejornal:

Processo 1012-TB-2016:

*“Olá equipe do **Jornal Brasil**, tudo bom? Faço coro à campanha massiva do 'twitter' para que o **Jornal Brasil** seja exibido no horário de 20h30. Além da conveniência do horário (hora do jantar, acaba mais cedo...), seria interessante para fazer contraponto balanceado à mídia hegemônica. Outro ponto positivo, não disputaria audiência com os folhetins. Parabéns pelo excelente trabalho!”*

No total, foram 71 mensagens reclamando e/ou pedindo a antecipação do horário. Isto representa quase 16% do total de demandas sobre a TV Brasil em abril. Dessas demandas, observamos 03 com o texto semelhante e em outras 03 se faz referência explícita à campanha, uma de-

las falando do instrumento de mobilização utilizado no Facebook:

Processo 1008-TB-2016:

"Sou um dos criadores do evento "Constantino, me inclua na sua lista!". Há uma campanha na internet para a mudança de horário do telejornal Repórter Brasil para as 20h30. Da página, mando o link:

<https://www.facebook.com/events/939298339519775/permalink/953412051441737/>

Sei que está acontecendo também em outras páginas. Desde já, obrigado pela atenção."

Sistema Público de Rádios

Nota de esclarecimento:

Na reunião do Conselho Curador do mês de abril, a Ouvidoria foi cobrada sobre a demanda do sr. Iraê Sassi, (processo número: 20-FM-2016), cuja principal reclamação resume-se ao seguinte:

"Com indignação, ouvi ontem no Repórter Brasil [edição radiofônica] das 7 da manhã, matéria de abertura do repórter Vítor Pereira (creio ser este o nome) sobre a viagem da Presidenta Dilma a São Paulo para prestar solidariedade ao ex-Presidente Lula. Nesta foi apresentada somente a versão dos críticos e inimigos do ex-presidente e partidários do impeachment da Presidenta, com entrevista a dois notórios expoentes da oposição, um dos que me lembro foi notório oligarca Caiado, em que fazem cáusticos comentários sem qualquer fundamento, insultando tanto a Presidenta quanto o próprio Lula. ERA OBRIGATÓRIO NAS CIRCUNSTÂNCIAS PELO MENOS OUVIR AS DUAS PARTES, em igual proporção".

A reclamação do sr. Iraê foi recebida e encaminhada à Diretoria de Jornalismo (Dijor) em 10/03/2016, sendo respondida pela Dijor e encaminhada ao demandante em 05/04/2016, nos seguintes termos:

"Observamos o conteúdo da reportagem veiculada no dia 08/03, terça-feira, na edição do Repórter Brasil, e verificamos que realmente houve um desequilíbrio na matéria. O repórter e os editores não atentaram ao fato que foi dada voz a dois parlamentares da oposição, contra uma resposta oficial burocrática da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, quando poderiam ouvir parlamentares governistas para um posicionamento sobre a questão. Entendemos válida a reclamação do ouvinte e esclareço que os integrantes do radiojornalismo foram orientados para evitar desequilíbrio na participação de entrevistados nas matérias."

Em Abril a Ouvidoria recebeu 28 demandas referentes às emissoras de rádio da EBC, conforme tabela abaixo:

Mensagens – Rádios EBC
Nacional da Amazônia
5 recados
1 solicitação de informações sobre matéria
1 solicitação de informação sobre participação em programa
1 reclamação de problemas com o áudio
1 elogio à emissora
Total 9
Nacional do Rio de Janeiro
1 elogio ao “Um Século de Samba”
1 solicitação de informação sobre convidado
Total 2
Nacional de Brasília
1 elogio à emissora
Nacional FM
1 reclamação de erro de digitação na página do programa “Café Nacional” na <i>internet</i>
1 reclamação de negligência pro parte do apresentador/locutor
1 reclamação da abordagem e erro de informação em matéria
Total 3
MEC FM
1 elogio à emissora
1 sugestão para a emissora
1 sugestão para o apresentador/locutor
1 reclamação de problemas com a transmissão pela <i>internet</i>
1 elogio à transmissão ao vivo da Orquestra Sinfônica Brasileira do Teatro Municipal
1 reclamação da programação musical matutina
Total 6
MEC AM
1 solicitação de contato da apresentadora
1 reclamação de problemas com o sinal
Total 2
MEC Brasília
1 recado
Nacional do Alto Solimões
1 recado ao “Ponto de Encontro”
1 reclamação de problemas com “Rádio Web”
Total 2
Radioagencia Nacional
1 reclamação de problemas com áudio
1 pedido de informação sobre utilização de conteúdos
Total 2

Agência Brasil e Portal da EBC

Em abril a Ouvidoria recebeu 26 demandas referentes à Agência Brasil e 12 referentes ao portal da EBC, conforme tabelas abaixo.

Mensagens – Agência Brasil	Quantidade
Reclamação de erro de informação em matéria	08
Elogio a matéria	03
Pedido de informação sobre matéria	02
Elogio a Agência Brasil	02
Solicitação de contato de jornalista	01
Solicitação para receber notícias	01
Solicitação de mais informações sobre matéria	01
Sugestão de ampliação da cobertura jornalística	01
Sugestão de aplicativo	01
Reclamação “Faltou ouvir o outro lado”	01
Reclamação de abordagem em matéria	01
Reclamação de falta de informação em matéria	01
Outros	03
Total	26

Mensagens – Portal EBC	Quantidade
Reclamação de erro de informação em matéria	06
Solicitação de disponibilidade de vídeos	02
Reclamação de problema com áudio em vídeos	01
Pedido de informação sobre disponibilização de conteúdos	01
Outros	02
Total	12

Processos penderes

Pendências de atendimento

Processos Pendentes Abril 2016

Área Encaminhada	TOTAL
Diretoria de Jornalismo	9
Gerência de Rede	8
Superintendência de Suporte	8
Diretoria de Administração e Finanças	1
Diretoria Geral	1
Superintendência de Agências e Conteúdos Digitais	1
TOTAL	28

Processos pendentes de resposta da Diretoria de Jornalismo trata de:

- 01 reclamação pela não transmissão de partida de jogo de futebol feminino;
- 01 reclamação de *merchandising* no programa "Fique Ligado";
- 02 pedido de disponibilização de programa;
- 01 pedido de informação sobre a transmissão de campeonatos e jogos olímpicos;
- 03 reclamações sobre a abordagem de programa;
- 01 pedido de informação sobre divulgação e parceria no jornalismo esportivo;

Processos pendentes de resposta da Gerência de Rede tratam de:

- 01 reclamação da cobertura do sinal da TV Brasil;
- 04 pedidos de informação sobre a cobertura do sinal da TV Brasil;
- 01 pedido de informação sobre acesso à TV Brasil na Suíça;
- 02 reclamação de problemas com o sinal da TV Brasil via NET;

Processos pendentes de resposta da Superintendência de Suporte tratam de:

- 01 reclamação de interferência no sinal da Nacional da Amazônia;
- 02 Reclamação de problemas com áudio da TV Brasil;
- 01 pedido de informação sobre como sintonizar a TV Brasil na Austrália;
- 04 reclamação de problema com sinal da TV Brasil.

Processos pendentes de resposta da Diretoria de Administração e Finanças tratam de:

- 01 pedido de informação sobre contratação de serviços de entrega para a EBC em São Paulo/SP

Processo pendente de resposta da Diretoria Geral trata de:

- 01 pedido de informação sobre repetidoras para envio de plano de mídia

Processo pendente de resposta da Superintendência de Agências e Conteúdos Digitais trata de:

- 01 pedido de informação sobre aplicativo de dispositivo móvel

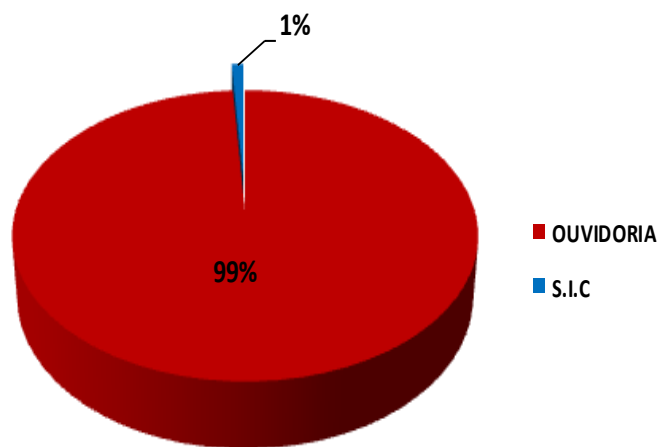
Estadísticas de atendimento

Ouvidoria em números

Percentuais de atendimento para o período

Em abril, a Ouvidoria da EBC contabilizou 721 atendimentos, dos quais 714 referentes ao atendimento da Ouvidoria e 7 do Serviço de Atendimento ao Cidadão – SIC.

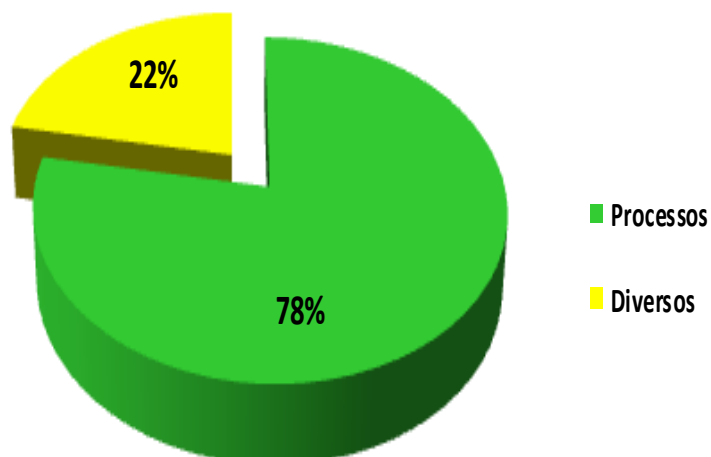
Percentual de atendimentos



FONTE: NAMBI – OUVIDORIA/EBC

Dos 714 atendimentos relacionados à Ouvidoria, 556 (78%) geraram processos por terem assuntos relacionados aos veículos da EBC. As outras 158 (22%) manifestações foram respondidas aos usuários sem abertura de processo, são classificadas como “diversos” por não se referirem a assuntos pertinentes à EBC.

Percentual de atendimentos por relevância



FONTE: NAMBI – OUVIDORIA/EBC

As 556 manifestações que geraram processos distribuem-se, entre os veículos, conforme demonstrado abaixo:

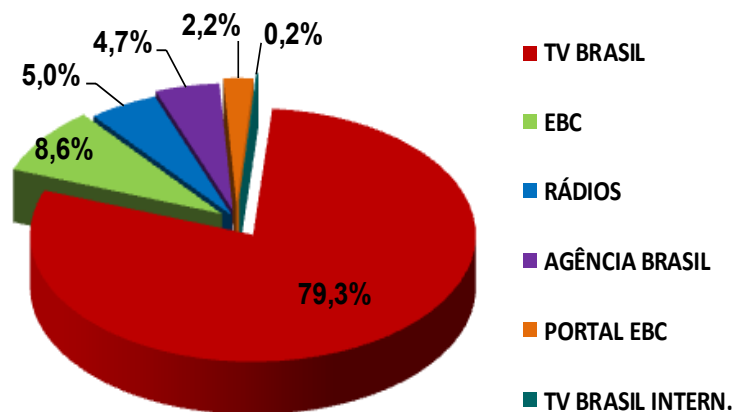
Manifestações por veículo

ABRIL							
Veículo	Reclamação	Elogio	Sugestão	Comentário	Serviço	Pedido de Informação	Total
AGÊNCIA BRASIL	11	4	2	2	5	2	26
EBC	2	1	3	1	35	6	48
PORTAL DA EBC	7	0	0	0	0	5	12
Rádios	8	5	2	0	10	3	28
TV BRASIL	120	63	97	12	85	64	441
TV BRASIL INTERNACIONAL	1	0	0	0	0	0	1
TOTAL	149	73	104	15	135	80	556

FONTE: NAMBI – OUVIDORIA/EBC

O gráfico abaixo demonstra o percentual de manifestações de acordo com a distribuição entre os veículos:

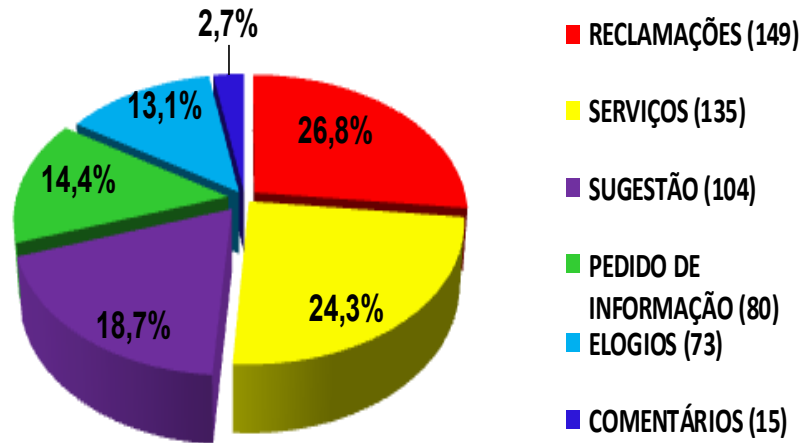
Percentual de manifestações por veículo



FONTE: NAMBI – OUVIDORIA/EBC

Os elogios, sugestões, comentários, pedidos de informação e serviços totalizam 73,2% dos atendimentos no período, contra 26,8% das reclamações.

Percentual das manifestações por categorias



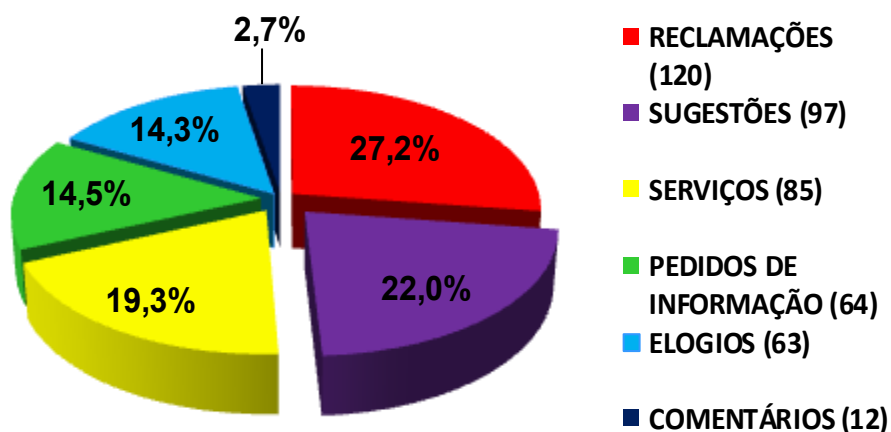
FONTE: NAMBI – OUVIDORIA/EBC

Quantitativo de atendimentos por veículo

TV Brasil

A Ouvidoria recebeu em abril 441 manifestações direcionadas à TV Brasil. O gráfico a seguir mostra a distribuição dos tipos de manifestações e as respectivas porcentagens.

Percentual por tipos de manifestações

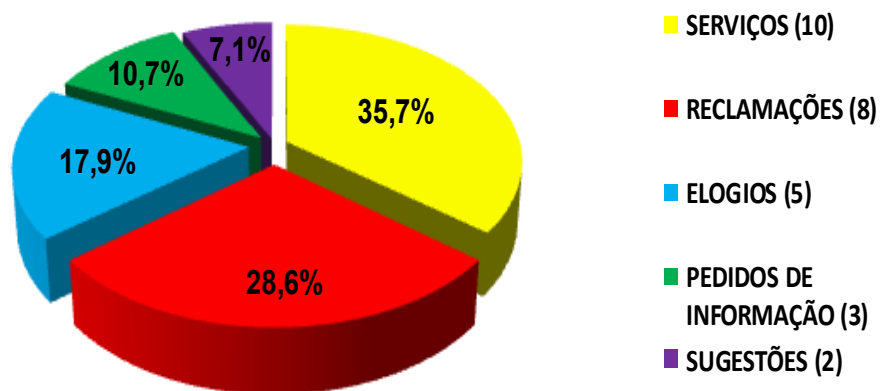


FONTE: NAMBI – OUVIDORIA/EBC

Sistema de Rádios

A Ouvidoria recebeu, em abril, 28 manifestações dirigidas às rádios. O gráfico a seguir mostra a distribuição dos tipos de manifestações e as respectivas porcentagens.

Percentual por tipos de manifestações



FONTE: NAMBI – OUVIDORIA/EBC

Distribuição de demandas por emissora de rádio

FEVEREIRO							
Veículo	Reclamação	Elogio	Sugestão	Comentário	Serviço	Pedido de Informação	Total
RADIOAGÊNCIA NACIONAL	1	0	0	0	0	1	2
RÁDIO MEC AM – BRASÍLIA	0	0	0	0	1	0	1
RÁDIO MEC AM – RIO DE JANEIRO	1	0	0	0	1	0	2
RÁDIO MEC FM – RIO DE JANEIRO	2	2	2	0	0	0	6
RÁDIO NACIONAL DA AMAZÔNIA – OC	0	1	0	0	7	1	9
RÁDIO NACIONAL DE BRASÍLIA – AM	0	1	0	0	0	0	1
RÁDIO NACIONAL DO ALTO SOLIMÕES – AM	1	0	0	0	1	0	2
RÁDIO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO – AM	0	1	0	0	0	1	2
RÁDIO NACIONAL FM BRASÍLIA	3	0	0	0	0	0	3
Total	8	5	2	0	10	3	28

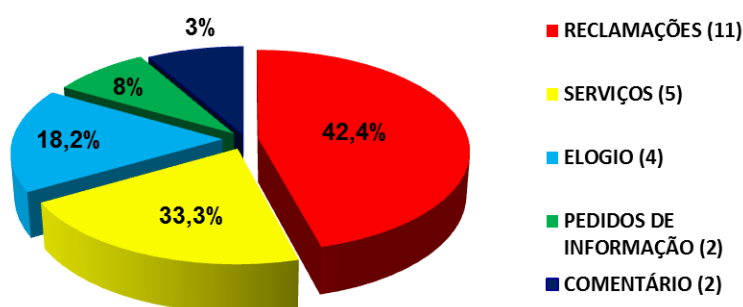
FONTE: NAMBI – OUVIDORIA/EBC

Em abril, as rádios com maior quantidade de demandas são a Nacional da Amazônia (32%) e MEC FM Rio de Janeiro (21%). As demais rádios representam 47% do número de demandas recebidas.

Agência Brasil

A Ouvidoria recebeu, em abril, 26 manifestações referentes à Agência Brasil. O gráfico a seguir mostra a distribuição dos tipos de manifestações e as respectivas porcentagens.

Percentual por tipos de manifestações

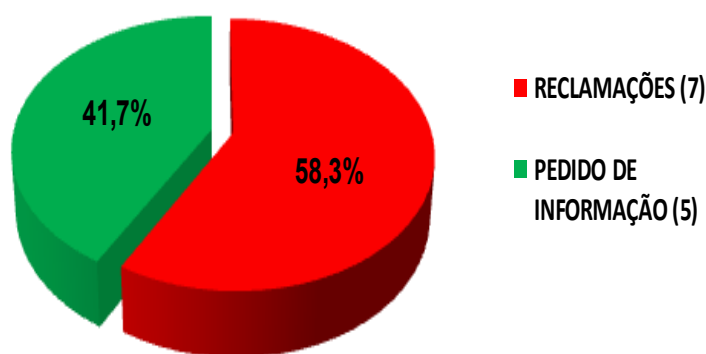


FONTE: NAMBI- OUVIDORIA/EBC

Portal EBC

A Ouvidoria recebeu, em abril, 12 manifestações direcionadas ao Portal da EBC. O gráfico a seguir mostra a distribuição dos tipos de manifestações e as respectivas porcentagens.

Tipos de manifestações

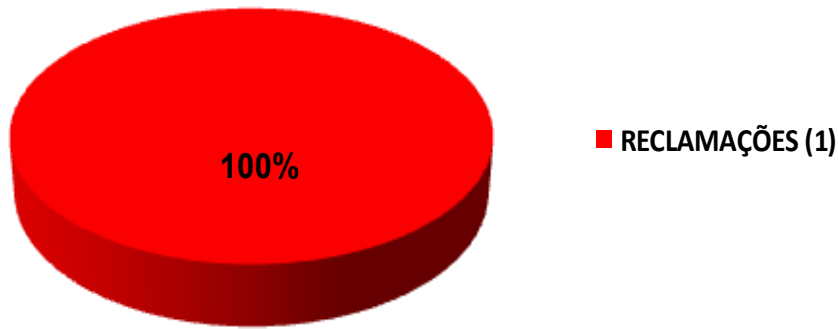


FONTE: NAMBI- OUVIDORIA/EBC

TV Brasil Internacional

A Ouvidoria recebeu, em abril, uma manifestação direcionada à TV Brasil Internacional. O gráfico a seguir mostra a distribuição dos tipos de manifestações e as respectivas porcentagens.

Tipo de manifestação

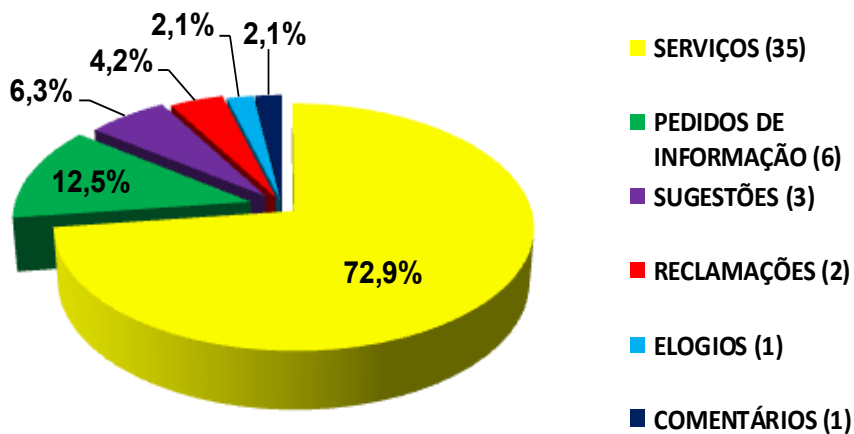


FONTE: NAMBI- OUVIDORIA/EBC

Empresa Brasil de Comunicação – EBC

A Ouvidoria recebeu, em abril, 48 manifestações referentes à Empresa Brasil de Comunicação – EBC, que seriam adequadamente direcionados a um atendimento do tipo 0800 ou “fale conosco”; não são atendimentos característicos de Ouvidoria. O gráfico a seguir mostra a distribuição dos tipos de manifestações e as respectivas porcentagens.

Tipos de manifestações



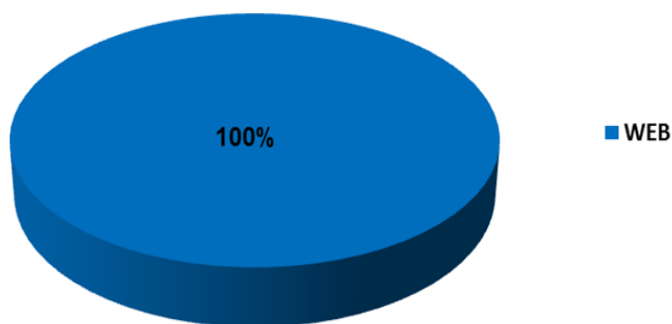
FONTE: NAMBI- OUVIDORIA/EBC

Serviço de Informação ao Cidadão - SIC

SIC em números

O SIC registrou em abril 7 pedidos de informação. Todas as mensagens foram recebidas via *web* (e-SIC).

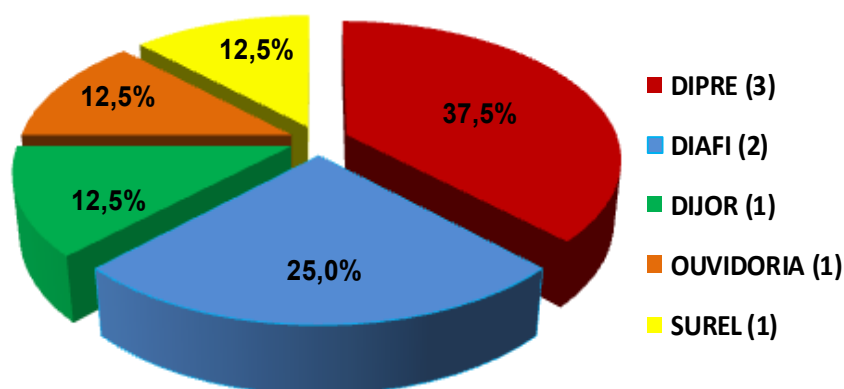
Pedidos de Informações por Meio de Acesso



FONTE: E-SIC – OUVIDORIA/EBC

Os pedidos de informação e recursos registrados em abril são apresentados a seguir por área de competência, em dados absolutos e percentuais. Alguns pedidos foram enviados para diferentes áreas.

Pedidos de informações por área de competência



FONTE: E-SIC – OUVIDORIA/EBC

Em conformidade com o que estabelece a Norma 104 da Ouvidoria/EBC e a Portaria Presidente - 185-A/2012 de 24/05/2012 as áreas têm 5 dias úteis para resposta. A Lei de Acesso à Informação Nº 12.527 de 07 de Novembro de 2011 estabelece o prazo de 20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias.